

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.128.807	7.923.541
1.01	Ativo Circulante	1.835.738	1.744.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.043	56.578
1.01.01.01	Caixa e Bancos	3.320	823
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	73.723	55.755
1.01.03	Contas a Receber	163.739	162.093
1.01.03.01	Clientes	163.739	162.093
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	163.739	162.093
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.777	37.460
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.777	37.460
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	30.777	37.460
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.564.179	1.488.529
1.01.08.03	Outros	1.564.179	1.488.529
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	657.358	479.661
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro de Concessão	831.792	940.144
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a Receber	35.278	23.291
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	39.751	45.433
1.02	Ativo Não Circulante	6.293.069	6.178.881
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.573.197	3.577.005
1.02.01.03	Contas a Receber	12.801	12.801
1.02.01.03.01	Clientes	12.801	12.801
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.560.396	3.564.204
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.196	4.133
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	3.519.779	3.523.593
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	16.305	16.795
1.02.01.09.06	Depósitos Judiciais	20.116	19.683
1.02.02	Investimentos	2.658.456	2.542.867
1.02.02.01	Participações Societárias	2.658.456	2.542.867
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.600.861	1.599.325
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	858.655	761.932
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	198.940	181.610
1.02.03	Imobilizado	22.936	23.277
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.936	23.277
1.02.03.01.01	Imobilizado	22.936	23.277
1.02.04	Intangível	38.480	35.732
1.02.04.01	Intangíveis	38.480	35.732

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.128.807	7.923.541
2.01	Passivo Circulante	599.133	616.295
2.01.02	Fornecedores	15.360	26.077
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.360	26.077
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.360	26.077
2.01.03	Obrigações Fiscais	56.068	73.472
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.068	73.472
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	56.068	73.472
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	426.924	399.319
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.711	6.705
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.623	6.630
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	88	75
2.01.04.02	Debêntures	420.213	392.614
2.01.04.02.01	Debêntures	420.213	392.614
2.01.05	Outras Obrigações	100.781	117.427
2.01.05.02	Outros	100.781	117.427
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	61.834	68.847
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	38.941	48.574
2.02	Passivo Não Circulante	2.964.845	2.959.694
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.610.947	2.593.595
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	345.871	349.813
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.524	28.170
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	319.347	321.643
2.02.01.02	Debêntures	2.265.076	2.243.782
2.02.01.02.01	Debêntures	2.265.076	2.243.782
2.02.02	Outras Obrigações	68.072	70.887
2.02.02.02	Outros	68.072	70.887
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	32.976	36.644
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	35.096	34.243
2.02.03	Tributos Diferidos	276.097	285.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	276.097	285.540
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.740	68.202
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	212.357	217.338
2.02.04	Provisões	9.729	9.672
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.729	9.672
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.592	2.592
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.181	1.124
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.956	5.956
2.03	Patrimônio Líquido	4.564.829	4.347.552
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.01.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	711.010	711.010
2.03.04.01	Reserva Legal	329.399	329.399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	222.286	222.286
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	159.325	159.325
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	217.277	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	278.721	296.228
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	278.721	296.228
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.949	-25.375
3.02.01	Pessoal	-9.356	-9.937
3.02.02	Material	-5.917	-9.272
3.02.03	Serviços de Terceiros	-3.568	-4.737
3.02.04	Depreciação e Amortização	-172	-193
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.936	-1.236
3.03	Resultado Bruto	257.772	270.853
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	53.813	48.299
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.257	-26.457
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-18.331	-19.344
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-5.740	-3.610
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-1.312	-622
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-2.874	-2.881
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.070	74.756
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.070	74.756
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	311.585	319.152
3.06	Resultado Financeiro	-53.820	-72.713
3.06.01	Receitas Financeiras	9.232	13.443
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.052	-86.156
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	257.765	246.439
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.488	-45.072
3.08.01	Corrente	-44.949	-37.064
3.08.02	Diferido	4.461	-8.008
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	217.277	201.367
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	217.277	201.367
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21023	0,19484
3.99.01.02	PN	0,21023	0,19484
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21023	0,19484
3.99.02.02	PN	0,21023	0,19484

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	217.277	201.367
4.03	Resultado Abrangente do Período	217.277	201.367

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.015	349.635
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42.642	37.239
6.01.01.01	Resultado do Período	217.277	201.367
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-82.070	-74.756
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.484	815
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	1.369	-7.127
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	57.784	74.275
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	44.949	37.064
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-4.461	8.008
6.01.01.08	Provisões (reversões) Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	57	-222
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-4.982	-4.789
6.01.01.10	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-117.161	-142.910
6.01.01.11	Correção do ativo financeiro de concessão	-62.710	-55.656
6.01.01.12	Receita de construção e indenização	-3.601	-3.722
6.01.01.13	Instrumentos Financeiros de concessão	3.792	17.211
6.01.01.14	Provisão para Parcela Variável	147	1.124
6.01.01.15	Receita de aplicação financeira	-9.232	-13.443
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	262.373	312.396
6.01.02.01	Redução nas contas a receber concessionárias e permissionárias e no ativo financeiro de concessão	293.845	317.586
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	5.690	-2.176
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-61.360	-6.806
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de outros créditos	5.737	-6.355
6.01.02.06	(Redução) no saldo de fornecedores	-10.717	-11.442
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	-7.013	2.595
6.01.02.08	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-13.301	-21.636
6.01.02.10	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	49.492	40.630
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-267.415	-233.857
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-168.528	-214.853
6.02.02	Aquisição de coligadas, líquido do caixa adquirido	-3.514	0
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	-3.891	-475
6.02.06	Aumento/constituição de capital nas controladas	-116.323	-18.529
6.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas	39.041	0
6.02.08	Aumento de capital nas controladas em conjunto e coligadas	-14.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.135	-13.907
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-1.646	-1.646
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-3.659	-2.890
6.03.03	Pagamento de Debêntures - Juros	-8.859	0
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-2.939	-9.371
6.03.07	Custo de captação de debêntures	-32	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	20.465	101.871
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.578	100.299

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.043	202.170

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	217.277	0	217.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	217.277	0	217.277
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	711.010	217.277	0	4.564.829

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.367	0	201.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.367	0	201.367
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	671.046	201.367	0	4.508.955

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	311.768	330.433
7.01.02	Outras Receitas	311.768	330.433
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.572	-21.198
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.225	-17.619
7.02.04	Outros	-4.347	-3.579
7.03	Valor Adicionado Bruto	292.196	309.235
7.04	Retenções	-1.484	-815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.484	-815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	290.712	308.420
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91.302	88.199
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	82.070	74.756
7.06.02	Receitas Financeiras	9.232	13.443
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	382.014	396.619
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	382.014	396.619
7.08.01	Pessoal	23.722	24.947
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.686	15.014
7.08.01.02	Benefícios	7.929	8.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.107	1.319
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.963	84.149
7.08.02.01	Federais	77.671	83.804
7.08.02.02	Estaduais	52	149
7.08.02.03	Municipais	240	196
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.052	86.156
7.08.03.01	Juros	59.153	67.148
7.08.03.03	Outras	3.899	19.008
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.792	17.211
7.08.03.03.02	Outras	107	1.797
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	217.277	201.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	217.277	201.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.256.448	8.054.820
1.01	Ativo Circulante	2.116.435	1.946.797
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.131	56.680
1.01.01.01	Caixa e Bancos	3.395	925
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	89.736	55.755
1.01.03	Contas a Receber	176.056	174.785
1.01.03.01	Clientes	176.056	174.785
1.01.03.01.01	Conta a Receber de Concessionárias e Permissionárias	176.056	174.785
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.782	46.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.782	46.663
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	40.782	46.663
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.806.466	1.668.669
1.01.08.03	Outros	1.806.466	1.668.669
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	808.318	569.902
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro de Concessão	920.684	1.028.109
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a Receber	30.686	18.699
1.01.08.03.05	Outras Contas a Receber	46.778	51.959
1.02	Ativo Não Circulante	6.140.013	6.108.023
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.278.796	4.268.079
1.02.01.03	Contas a Receber	13.618	13.618
1.02.01.03.01	Clientes	13.618	13.618
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.265.178	4.254.461
1.02.01.09.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.196	4.133
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	4.216.916	4.206.372
1.02.01.09.05	Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	145	112
1.02.01.09.06	Outras Contas a Receber	16.485	16.975
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	27.410	26.843
1.02.01.09.08	Impostos e Contribuições Sociais	26	26
1.02.02	Investimentos	1.799.801	1.780.935
1.02.02.01	Participações Societárias	1.799.801	1.780.935
1.02.03	Imobilizado	22.936	23.277
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.936	23.277
1.02.04	Intangível	38.480	35.732
1.02.04.01	Intangíveis	38.480	35.732

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.256.448	8.054.820
2.01	Passivo Circulante	622.278	644.778
2.01.02	Fornecedores	23.209	39.297
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.209	39.297
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	23.209	39.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.164	78.790
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.164	78.790
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	61.164	78.790
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	429.382	401.779
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.169	9.165
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.081	9.090
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	88	75
2.01.04.02	Debêntures	420.213	392.614
2.01.05	Outras Obrigações	108.523	124.912
2.01.05.02	Outros	108.523	124.912
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	66.870	73.805
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	41.647	51.101
2.02	Passivo Não Circulante	3.069.341	3.062.490
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.620.121	2.603.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	355.045	359.599
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	35.698	37.956
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	319.347	321.643
2.02.01.02	Debêntures	2.265.076	2.243.782
2.02.02	Outras Obrigações	69.584	72.546
2.02.02.02	Outros	69.584	72.546
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	34.488	38.303
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	35.096	34.243
2.02.03	Tributos Diferidos	364.269	371.676
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	364.269	371.676
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	94.123	96.567
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	270.146	275.109
2.02.04	Provisões	15.367	14.887
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.367	14.887
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.592	2.592
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.341	1.284
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.434	11.011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.564.829	4.347.552
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	711.010	711.010
2.03.04.01	Reserva Legal	329.399	329.399
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	222.286	222.286
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	159.325	159.325
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	217.277	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	316.705	332.320
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	316.705	332.320
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.052	-37.981
3.02.01	Pessoal	-9.971	-10.471
3.02.02	Material	-18.843	-20.747
3.02.03	Serviços de Terceiros	-3.976	-5.171
3.02.04	Depreciação e Amortização	-172	-193
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.090	-1.399
3.03	Resultado Bruto	281.653	294.339
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	32.473	24.761
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.156	-27.562
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-19.593	-19.986
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-6.139	-3.852
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-1.312	-622
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.112	-3.102
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.629	52.323
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.629	52.323
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	314.126	319.100
3.06	Resultado Financeiro	-51.948	-70.896
3.06.01	Receitas Financeiras	11.599	15.493
3.06.02	Despesas Financeiras	-63.547	-86.389
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	262.178	248.204
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.901	-46.837
3.08.01	Corrente	-47.377	-38.277
3.08.02	Diferido	2.476	-8.560
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	217.277	201.367
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	217.277	201.367
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	217.277	201.367
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21023	0,19484
3.99.01.02	PN	0,21023	0,19484
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21023	0,19484
3.99.02.02	PN	0,21023	0,19484

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	217.277	201.367
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	217.277	201.367
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	217.277	201.367

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	302.757	352.450
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.359	28.501
6.01.01.01	Resultado líquido do período	217.277	201.367
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-62.629	-52.323
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.484	815
6.01.01.04	Provisões (reversões) Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	480	807
6.01.01.05	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	1.441	-7.037
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias Sobre Debêntures	57.784	74.275
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	47.377	38.277
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.476	8.560
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-4.963	-4.724
6.01.01.10	Remuneração do ativo financeiro de concessão	-130.996	-154.842
6.01.01.11	Correção Monetária do Ativo Financeiro de concessão	-68.571	-61.639
6.01.01.12	Receita de construção e indenização	-16.851	-15.420
6.01.01.13	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.792	17.211
6.01.01.14	(Reversão) provisão de Parcela Variável	731	-1.710
6.01.01.15	Custo de Construção	6.078	377
6.01.01.17	Receita de aplicação financeira	-11.599	-15.493
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	264.398	323.949
6.01.02.01	Redução nas contas a receber e no ativo financeiro de concessão	311.297	342.042
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-1.798	-2.924
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-57.324	-8.007
6.01.02.06	(Aumento) no Saldo de Outros créditos	5.104	-8.973
6.01.02.07	(Redução) no Saldo de Fornecedores	-22.166	-19.252
6.01.02.08	(Redução) Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	-6.935	2.769
6.01.02.09	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-13.272	-22.336
6.01.02.10	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	49.492	40.630
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-248.485	-222.124
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-226.880	-221.649
6.02.03	Adições no Imobilizado e Intangível	-3.891	-475
6.02.04	Aumento de capital nas controladas em conjunto e coligadas	-14.200	0
6.02.05	Aquisição de coligadas, líquido do caixa adquirido	-3.514	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.821	-14.609
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-2.257	-2.258
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-3.734	-2.980
6.03.03	Pagamento de Debêntures - Juros	-8.859	0
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-2.939	-9.371
6.03.08	Custo de captação de Debêntures	-32	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.451	115.717
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.680	101.505
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93.131	217.222

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552	0	4.347.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552	0	4.347.552
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	217.277	0	217.277	0	217.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	217.277	0	217.277	0	217.277
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	711.010	217.277	0	4.564.829	0	4.564.829

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588	0	4.307.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	671.046	0	0	4.307.588	0	4.307.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	201.367	0	201.367	0	201.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	201.367	0	201.367	0	201.367
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	671.046	201.367	0	4.508.955	0	4.508.955

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	353.928	370.466
7.01.02	Outras Receitas	353.928	370.466
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.662	-33.627
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.958	-29.770
7.02.04	Outros	-4.704	-3.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	320.266	336.839
7.04	Retenções	-1.484	-815
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.484	-815
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	318.782	336.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.228	67.816
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.629	52.323
7.06.02	Receitas Financeiras	11.599	15.493
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	393.010	403.840
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	393.010	403.840
7.08.01	Pessoal	25.304	25.944
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.660	15.576
7.08.01.02	Benefícios	8.440	9.002
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.204	1.366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	86.882	90.140
7.08.02.01	Federais	86.554	89.690
7.08.02.02	Estaduais	84	253
7.08.02.03	Municipais	244	197
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.547	86.389
7.08.03.01	Juros	59.225	67.238
7.08.03.03	Outras	4.322	19.151
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	3.792	17.211
7.08.03.03.02	Outros	530	1.940
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	217.277	201.367
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	217.277	201.367

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 31 de março de 2018 e eventos subsequentes

26/04/2018 – A AGO aprovou a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2017, sendo o total de dividendos e juros sobre capital próprio de R\$592.928: (i) R\$145.175 pagos em 2017 a título de Dividendos Intercalares; (ii) R\$288.428 pagos em 2017 a título de Juros sobre Capital Próprio; e (iii) R\$ 159.325 a título de dividendos adicionais serão pagos no dia 11 de maio de 2018, com base na posição acionária do dia 2 de maio de 2018.

26/04/2018 – Conclusão da aquisição da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("IB"), 24,95% por parte da Companhia e 50,10% por parte de sua coligada "ENTE". A Taesa pagou o valor de R\$3.514mil, corrigidos pela taxa do CDI apurada entre 30 de agosto de 2017 até o dia 26 de abril de 2018.

06/04/2018 – O investidor Western Asset Management Company distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Western Asset") informou que a participação detida pelo conjunto de veículos de investimentos, fundos e carteiras administrados/geridos discricionariamente por subsidiárias do Grupo Legg mason Inc., do qual a Western Asset faz parte, atingiu, em 03 de abril de 2018, 8,07% do total de ações preferenciais da Companhia, por meio das posições detidas em TAEE11.

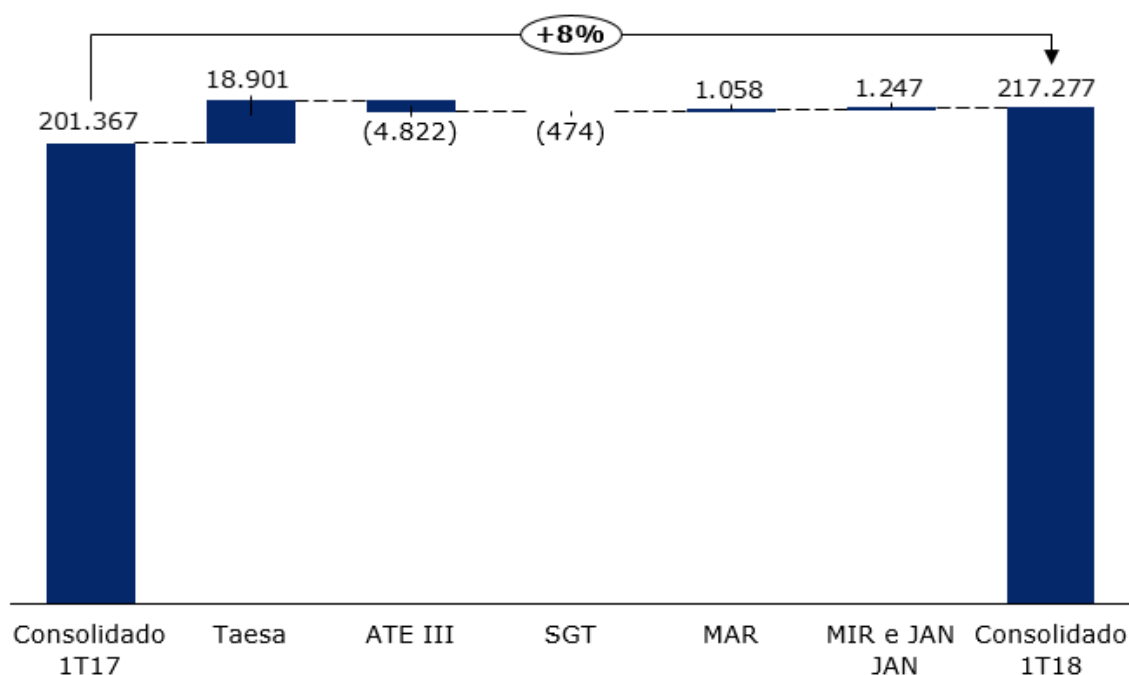
Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2018

1. Resultado do Período

A Taesa alcançou um resultado consolidado de R\$217.277 no 1T18, com um aumento de 8% em relação ao resultado do 1T17.

Variações do Lucro Líquido - 1T18 x 1T17



1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita bruta e pelas deduções da receita bruta.

	1T18	1T17	Var.	Var.%
ROL	316.705	332.320	(15.615)	-4,7%

1.1.1 Receita operacional bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo financeiro de concessão, Correção monetária do ativo financeiro, receita de operação e manutenção (O&M), receita de construção, parcela Variável e por outras receitas.

	1T18	1T17	Var.	Var.%
Remuneração do ativo financeiro de concessão	130.996	154.842	(23.846)	-15,4%
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	68.571	61.639	6.932	11,2%

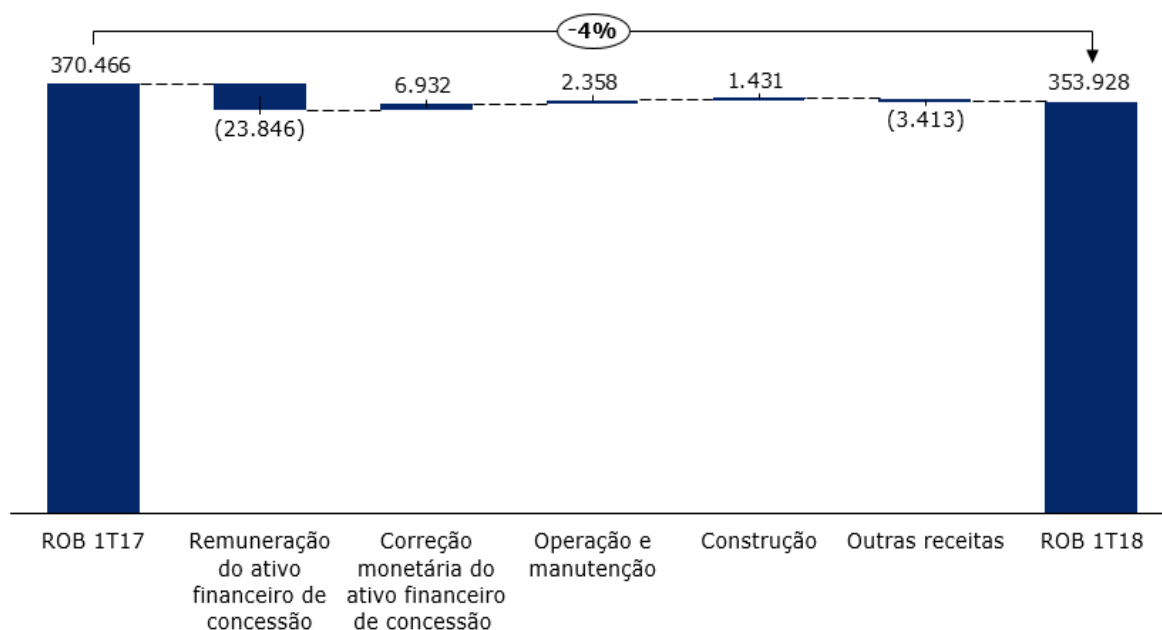
Comentário do Desempenho

Operação e manutenção	139.790	137.432	2.358	1,7%
Receita de Construção	16.851	15.420	1.431	9,3%
Parcela variável	(3.597)	(1.172)	(2.425)	206,9%
Outras receitas	1.317	2.305	(988)	-42,9%
	353.928	370.466	(16.538)	-4,5%

Definições:

- Remuneração do ativo financeiro de concessão – auferida de acordo com a taxa de retorno de cada investimento que é definida no início de cada concessão. Nesse grupo são tratadas as remunerações sobre a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão.
- Correção monetária do ativo financeiro de concessão – reconhecida mensalmente com base nos índices IGP-M ou IPCA do mês anterior ao mês de competência.
- Operação e Manutenção – valor que remunera a Companhia pelo custo de operação e manutenção das linhas de transmissão. É ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), de acordo com a resolução homologatória anual emitida pela Aneel para atualização da Receita Anual Permitida (RAP).
- Receita de Construção - valor investido na construção de um ativo acrescido de margem de construção sobre este investimento.
- Parcela variável – descontos na RAP por indisponibilidade da linha de transmissão.
- Outras receitas – basicamente, receitas oriundas dos contratos de back-office, compartilhamento de instalações (CCI), recebimento das cotas que são repassadas ao CDE e PROINFA.

Varição da ROB - 1T18 x 1T17



Comentário do Desempenho

As variações referem-se basicamente:

- Remuneração do ativo financeiro de Concessão – às amortizações do ativo financeiro pelas baixas e a queda de 0,42% no IGPM do período de março de 2017 a fevereiro de 2018.
- Correção Monetária do Ativo Financeiro de Concessão - ao reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro de concessão, que foi maior no 1T18 que no 1T17, devido ao aumento do IGP-M (1,72% X 1,27%) e IPCA (1,05% X 1,01%).
- Operação e manutenção - ao reajuste anual pela inflação (IGP-M: 1,6% e IPCA: 3,6%), conforme Resolução Homologatória nº 2.258 de 27 de junho de 2017, que estabeleceu as receitas anuais permitidas (RAP), reajustadas para o Ciclo 2017/2018, no período de 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018.
- Receita de Construção – aos investimentos na construção das linhas de transmissão e subestações nas concessões Mariana, Miracema e Janaúba no 1T18, e aos investimentos em reforços na TSN e Novatrans.
- Parcela Variável (PV) – ocorrência de PV na Novatrans no IT de 2018 e às reversões de PV ocorridas no 1T17.
- Outras receitas – SGT: a Rede de Fronteira Societária no 1T18 foi maior que a Rede de Fronteira reconhecida no Regulatório para o mesmo período. Já no 1T17 a Rede de Fronteira Regulatória foi maior que a Rede de Fronteira reconhecida no Societário para o mesmo período; TSN: No 1T17 foi contabilizado PA de Melhoria e PA de Autorização; e GTESA: foram contabilizadas dois meses de receita de CDE e Proinfa no 1T18 e três meses para o 1T17.

1.1.2 Deduções sobre a ROB

As deduções sobre a ROB são compostas de PIS, COFINS, ISS e quotas para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA.

	1T18	1T17	Var.	Var.%
PIS e COFINS Correntes	(21.984)	(22.363)	379	-1,7%
PIS e COFINS Diferidos	4.963	4.724	239	5,1%
ISS	(45)	(29)	(16)	55,2%
Encargos setoriais:				
- RGR	(13.095)	(13.233)	138	-1,0%
- P&D	(4.183)	(4.389)	206	-4,7%
- TFSEE	(1.570)	(1.746)	177	-10,1%
- CDE e PROINFA	(1.309)	(1.110)	(200)	17,9%
	(20.157)	(20.478)	321	-1,6%
	(37.223)	(38.146)	923	-2,4%

Comentário do Desempenho

Definições:

- PIS e COFINS Correntes – contribuições calculadas sobre as receitas regulatórias da Companhia. A apuração do PIS e COFINS para as empresas que apuram o ativo financeiro é feita pelo efetivo recebimento.
- PIS e COFINS Diferidos – calculado pela diferença entre a Receita Regulatória e Societária.
- ISS – imposto calculado com base na receita com prestação de serviços de back-office e Compartilhamento de instalações (CCI).
- Encargos Setoriais - definidos pela ANEEL e previstos em lei, calculados com base na receita regulatória, destinados a constituição de Reserva global de reversão dos serviços públicos de energia elétrica (RGR), Taxa de fiscalização (TFSEE), conta de desenvolvimento energético (CDE) e Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (PROINFA), e valores destinados a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), calculados com base na receita operacional líquida regulatória.

As variações referem-se basicamente:

- PIS e COFINS Correntes – à menor receita regulatória reconhecida no 1T18 comparada ao 1T17.
- PIS e COFINS Diferidos – à menor diferença entre a Receita Regulatória e Societária, que no 1T18 comparada ao 1T17.
- ISS – à prestação de serviços por parte da Taesa a ETAU a partir do 4T17 pela engenharia do proprietário e a ATEIII a partir de 3T17 pela operação na linha de transmissão.
- Encargos Setoriais – à redução das taxas de RGR e TFSEE conforme estabelecido pela ANEEL e à redução das despesas de P&D devido à queda da receita regulatória.

1.1.3 Custos e despesas operacionais

	1T18	1T17	Var.	Var.%
Pessoal	(29.564)	(30.457)	893	-2,9%
Material	(18.843)	(20.747)	1.904	-9,2%
- Construção e reforços	(15.960)	(14.921)	(1.039)	7,0%
- Melhorias	(2.556)	(5.549)	2.993	-53,9%
- Outros materiais	(327)	(277)	(50)	21,1%
Serviços de Terceiros	(10.115)	(9.023)	(1.092)	12,1%
Outros	(5.202)	(4.501)	(701)	15,5%
Subtotal	(63.724)	(64.728)	(1.004)	-1,5%
Depreciação e Amortização	(1.484)	(815)	(669)	82,1%
Custos e despesas	(65.208)	(65.543)	335	-0,5%

As variações referem-se basicamente:

- Pessoal – a um erro sistêmico referente ao provisionamento de verbas e encargos relacionados a férias, PLR e 13º salário, que será ajustado no próximo trimestre.
- Construção e reforços, melhorias e outros materiais – construção: diminuição nos investimentos na Mariana compensado com o aumento nos investimentos em Miracema no 1T18 e melhorias: maiores investimentos no 1T17 na Novatrans e TSN.

Comentário do Desempenho

- Serviços de terceiros – aos gastos com serviços advocatícios e consultorias de sistema de software com licenças e serviços de TI no 1T18.
- Outros – às maiores despesas com a Lei Rouanet/FIA e gastos com aluguel de condomínio no 1T18.

1.1.4 Resultado de Equivalência Patrimonial

	1T18	1T17	Var.	Var. %
ETAU	1.948	1.744	204	11,7%
BRASNORTE	1.893	1.647	246	14,9%
AIMORÉS	(211)	(1)	(210)	100,0%
PARAGUAÇU	(198)	(5)	(193)	100,0%
ERB1	(302)	-	(302)	-
Grupo TBE	55.776	48.938	6.838	13,9%
TRANSMINEIRAS	3.723	-	3.723	-
Total	62.629	52.323	10.306	19,7%

A variação refere-se: (i) aumento dos índices IGP-M e IPCA no 1T18 em relação ao 1T17 (1,72% X 1,26%) e (1,05% X 1,01%), respectivamente, o que impactou a correção monetária do ativo financeiro (ii) resultado das "Transmineiras", adquiridas em novembro de 2017; (iii) redução da despesa financeira na EATE e ECTE pela quitação da 2ª emissão de debêntures em outubro de 2017, e da queda do CDI; (iv) redução despesa de IR e CSLL em virtude da alteração da alíquota de presunção das Companhia que estão no regime do lucro presumido, passando de 32% (IRPJ e CSLL) para 8% e 12% (IRPJ e CSLL), respectivamente.

1.1.5 Resultado Financeiro

	1T18	1T17	Var.	Var. %
Rendimentos de aplicação financeira	11.599	15.493	(3.894)	-25,1%
Receitas financeiras	11.599	15.493		-25,1%
Juros incorridos	(40.230)	(66.824)	26.594	-39,8%
Variações monetárias	(24.476)	(19.964)	(4.512)	-22,6%
Ajuste ao valor justo	1.689	2.339	(650)	-27,8%
	(63.017)	(106.491)	43.474	-40,8%
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(530)	(1.940)	1.410	-72,7%
Despesas financeiras	(63.547)	(86.386)	22.839	-26,4%
Resultado financeiro líquido	(51.948)	(70.896)	18.948	-26,7%

As variações referem-se basicamente:

- Rendimentos de aplicação financeira – a queda do CDI no período.
- Juros incorridos:
 - Empréstimos - à alta da libor entre o 1T18 e o 1T17, taxa indexadora da dívida 4131 (que representa aproximadamente 90% da linha de empréstimos e financiamentos)
 - Debêntures - a um menor volume de dívida no 1T18 comparado ao 1T17, e da queda do IPCA projetado entre o 1T18 e o 1T17; e
 - Instrumentos financeiros derivativos – a queda do CDI ao longo entre o 1T18 e o 1T17.
- Variações monetárias – à queda do IPCA projetado ao longo dos períodos comparados.

Comentário do Desempenho

- Ajuste ao valor justo – à variação da marcação de mercado do empréstimo com o Citibank.
- Outras despesas financeiras – à menor correção dos recursos destinados a P&D no 1T18 comparado ao 1T17, em função da queda do saldo provisionado no passivo, por conta do encerramento de projetos.

1.1.6 Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	1T18	1T17	Var.	Var. %
IRPJ e CSLL correntes	(47.377)	(38.277)	(9.100)	23,8%
IRPJ e CSLL diferidos	2.476	(8.560)	11.036	-128,9%
	(44.901)	(46.837)	1.936	-4,1%

As variações referem-se basicamente:

- IRPJ e CSLL correntes:
 - Aumento em 2018 dos ajustes relativos a tributação das receitas de remuneração do ativo financeiro;
 - Redução em 2018 do valor excluído diferido do Rateio de Antecipação; e
 - Aumento do lucro contábil no 1T18 em relação a 1T17.
- IRPJ e CSLL diferidos:
 - Aumento em 2018 do valor tributado relativo ao Ajuste a Valor Presente do ativo financeiro e conseqüentemente maior redução na base do diferido passivo, acarretando em receita com diferido; e
 - Redução em 2018 do valor excluído diferido relativo a Provisão de Rateio de Antecipação e conseqüentemente menor redução na receita de diferido apurada no ano.

A queda na despesa de IR e CSLL observada de forma geral teve como principal variação o aumento do benefício fiscal da renovação do benefício da SUDENE da ATEII, conforme demonstrado na tabela de alíquota efetiva a seguir:

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado	
	2018	2017
Lucro antes dos impostos	262.178	248.204
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(89.141)	(84.389)
Equivalência patrimonial	21.294	17.792
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	21.679	15.934
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.292	154
Outros	(25)	3.672
Despesa de IRPJ e CSLL	(44.901)	(46.837)
Alíquota efetiva	17%	19%

2. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") prestam serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde março de 2017 até 31 de março de 2020, pelo montante de R\$1.360. O montante será atualizado para os outros exercícios pelo IPCA de março de cada ano.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses,

Comentário do Desempenho

perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 31 de março de 2018, nossos auditores independentes foram contratados para a prestação de serviços profissionais relacionados ao processo de emissão de cartas de conforto em conexão com o processo de emissão de debêntures pelo montante de R\$450 mil.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR e JAN.

Controladas em conjunto: ETAU, BRAS, Aimorés, Paraguaçu e ERB1.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE, ETEP, Transleste, Transirapé e Transudeste; (b) com participação indireta: STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, ESTE, Transleste, Transirapé e Transudeste; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE e EDTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU e BRAS), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu e ERB1), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE),.

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)
		Contrato de Concessão	Término				
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.134	8
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	06/06/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	3
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (c)	18/12/2013 011/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	2
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR") (c)	26/04/2016 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	90	3
	Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN") (c)	09/11/2016 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	Minas Gerais e Bahia	542	3
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
	Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (c)	18/11/2016 04/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais	208	2
	Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (c)	18/11/2016 03/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais e Bahia	338	2
	Elétricas Reunidas do Brasil S.A. ("ERB1") (c)	17/05/2017 22/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	Paraná	600	5

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)	
		Término					
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	328	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (c)	11/11/2016 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	Minas Gerais e Espírito Santo	236	2
	Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,90%	Bahia	167	1
	Companhia Transleste de Transmissão ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	30,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	29,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	29,50%	Minas Gerais	61	2
Total em operação						9.868	
Total em construção (Valores estimados)						2.266	
Total geral						12.134	70

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.
- (b) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas 1 vez e os ativos das concessões MAR, MIR, Paraguaçu, Aimorés, JAN, ESTE, ERB1 e EDTE, que estão em construção, não foram contabilizados no total de subestações.
- (c) As linhas de transmissão estão em processo de construção e a data prevista para energização é: MAR - maio de 2019, MIR - dezembro de 2019, Aimorés, Paraguaçu, JAN e ESTE - fevereiro de 2022 e ERB1 - agosto de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 10. O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração e revisadas pelo Conselho Fiscal em 08 de maio de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Desta forma, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações intermediárias, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, publicadas no Diário Oficial em 27 de fevereiro de 2018. Desta forma, essas demonstrações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2017.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

3.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

- CPC 48 (IFRS9) - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.
- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

3.1.2. Norma emitida, mas ainda não vigente, até a data de emissão das informações trimestrais da Companhia:

CPC 06 (R2) (IFRS16) - Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 (CPC - 06 (R2)) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17, a IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	3.395	925	3.320	823
Aplicações financeiras	89.736	55.755	73.723	55.755
	93.131	56.680	77.043	56.578

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CDB e Operações Compromissadas	102,40% do CDI	102,09% do CDI	102,30% do CDI	101,96% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Investimento em cotas de fundos - "Pampulha" (a)	449.283	313.802	298.323	239.363
Investimento em cotas de fundos - "Safra" (b)	-	93.637	-	93.637
Investimento em cotas de fundos - "Uberaba" (c)	416	111.165	416	95.362
Investimento em cotas de fundos - "Alterosas" (d)	-	51.299	-	51.299
Investimento em cotas de fundos - "Bradesco" (e)	190.591	-	190.591	-
Investimento em cotas de fundos - "BTG Pactual" (f)	168.028	-	168.028	-
Outros	4.196	4.132	4.196	4.133
	812.514	574.035	661.554	483.794
Ativo circulante	808.318	569.902	657.358	479.661
Ativo não circulante	4.196	4.133	4.196	4.133

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo Safra Market Premium - fundo não exclusivo, sob sua própria administração e gestão, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(c) Fundo Uberaba Renda Fixa - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Itaú Unibanco S.A., que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(d) Fundo BB Alterosas - fundo não exclusivo, sob administração e gestão da BB DTVM, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento com carteira composta por títulos públicos federais e valores mobiliários com o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(e) Fundo Bradesco Target I - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco Bradesco, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(f) Fundo BTG Pactual CDB Plus - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	102,29% do CDI	104,54% do CDI	102,29% do CDI	104,50% do CDI
Fundo Safra Market Premium	-	102,30% do CDI	-	102,30% do CDI
FIC Uberaba Renda Fixa	97,81% do CDI	102,41% do CDI	97,81% do CDI	102,41% do CDI
Fundo BB Alterosas	-	98,33% do CDI	-	98,33% do CDI
Fundo Bradesco Target I	108,57% do CDI	-	108,57% do CDI	-
Fundo BTG Pactual CDB Plus	102,63% do CDI	-	102,63% do CDI	-

Taxa média de rentabilidade anual dos TVM	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fundos, CDB e Compromissadas	103,89% do CDI	103,21% do CDI	104,24% do CDI	103,12% do CDI

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS, E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Contas a receber de concessionárias e permissonárias	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Concessionárias e permissonárias	198.224	196.222	184.221	182.428
Parcela variável (a)	(8.550)	(7.819)	(7.681)	(7.534)
	189.674	188.403	176.540	174.894
Circulante	176.056	174.785	163.739	162.093
Não circulante (b)	13.618	13.618	12.801	12.801

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no período de três findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(b) Clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pela Taesa, na disponibilização de energia elétrica, e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2017	Adição (*)	Reversão (*)	31/03/2018
Consolidado	(7.819)	632	(1.363)	(8.550)
Controladora	(7.534)	883	(1.030)	(7.681)

(*) Líquido do valor descontado.

Movimentação da parcela variável	31/12/2016	Adição	Reversão	31/12/2017
Consolidado	(10.355)	(4.833)	7.369	(7.819)
Controladora	(6.782)	(7.255)	6.503	(7.534)

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2018	31/12/2017
Consolidado	177.314	2.359	18.551	198.224	196.222
Controladora	164.561	2.263	17.397	184.221	182.428

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutações do ativo financeiro de concessão								
Concessão	TRAF	31/12/2017	Adição (b)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (a)	Remuneração	Correção monetária	Baixa	31/03/2018
TSN	11%	610.385	2.223	821	15.027	6.969	(55.265)	580.160
Munirah	12%	76.498	-	-	2.231	1.093	(5.624)	74.198
Gtesa	11%	25.055	63	-	642	350	(1.831)	24.279
Patesa	8%	111.161	-	-	2.123	1.536	(5.078)	109.742
ETEO	10%	334.333	102	-	8.388	5.277	(11.440)	336.660
NVT	14%	1.102.211	993	1.407	36.188	14.848	(101.446)	1.054.201
NTE	15%	345.386	40	433	11.871	4.815	(29.733)	332.812
STE	10%	280.376	-	(103)	6.895	4.117	(16.812)	274.473
ATE	10%	630.247	-	(59)	14.419	9.488	(30.652)	623.443
ATE II	8%	948.085	180	2.443	19.377	14.217	(42.699)	941.603
Total Controladora		4.463.737	3.601	4.942	117.161	62.710	(300.580)	4.351.571
Circulante		940.144						831.792
Não circulante		3.523.593						3.519.779
MAR	6%	73.494	3.066	-	1.037	-	-	77.597
ATE III	7%	601.220	331	(114)	9.796	5.475	(21.700)	595.008
SGT	10%	38.512	-	-	910	386	(983)	38.825
Miracema	14%	46.493	7.738	3.808	1.711	-	-	59.750
JAN	13%	11.025	2.115	1.328	381	-	-	14.849
Total Consolidado		5.234.481	16.851	9.964	130.996	68.571	(323.263)	5.137.600
Circulante		1.028.109						920.684
Não circulante		4.206.372						4.216.916

Mutações do ativo financeiro de concessão								
Concessão	TRAF	31/12/2016	Adição (b)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (a)	Remuneração	Correção monetária	Baixa	31/12/2017
TSN	11%	793.169	23	-	78.473	(5.132)	(256.148)	610.385
Munirah	12%	89.650	-	-	9.858	(687)	(22.323)	76.498
Gtesa	11%	29.084	620	-	2.842	(223)	(7.268)	25.055
Patesa	8%	117.341	3.996	-	10.187	(559)	(19.804)	111.161
ETEO	10%	361.057	22	-	34.557	(2.860)	(58.443)	334.333
NVT	14%	1.348.886	1.707	123	165.467	(9.792)	(404.180)	1.102.211
NTE	15%	411.428	263	1.611	53.222	(3.122)	(118.016)	345.386
STE	10%	319.306	330	109	29.837	(2.479)	(66.727)	280.376
ATE	10%	696.069	93	63	61.114	(5.432)	(121.660)	630.247
ATE II	8%	1.042.225	254	1.500	81.706	(8.163)	(169.437)	948.085
Total Controladora		5.208.215	7.308	3.406	527.263	(38.449)	(1.244.006)	4.463.737
Circulante		1.208.860						940.144
Não circulante		3.999.355						3.523.593
MAR	6%	37.160	37.704	(4.164)	2.794	-	-	73.494
ATE III	7%	628.655	3.094	114	40.333	14.301	(85.277)	601.220
SGT	10%	37.781	-	-	3.592	996	(3.857)	38.512
Miracema	14%	5.519	36.524	2.328	2.122	-	-	46.493
JAN	13%	-	4.215	6.366	444	-	-	11.025
Total Consolidado		5.917.330	88.845	8.050	576.548	(23.152)	(1.333.140)	5.234.481
Circulante		1.294.066						1.028.109
Não circulante		4.623.264						4.206.372

- (a) Adiantamentos a fornecedores referentes aos custos ainda não incorridos na construção e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data. Ao incorrer nos custos, os adiantamentos são compensados.
- (b) As principais adições estão relacionadas aos reforços, às subestações e às linhas de transmissão em fase de construção:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição atual	REIDI (**)
NVT Samambaia	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(*)	(*)	Previsão de conclusão: junho de 2018	Não há.
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle (Malha Fechada e Malha Aberta) do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Previsão de conclusão: dezembro de 2019	Não há.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição atual	REIDI (**)
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle de Disparo e Monitoramento das válvulas de tiristores do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Previsão de conclusão: dezembro de 2019	Não há.
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Resfriamento do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Previsão de conclusão: dezembro de 2019	Não há.
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Proteção do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Previsão de conclusão: dezembro de 2019	Não há.
<u>TSN</u> SE Rio das Éguas	Instalação de Reator de Barra	REA nº 6.603/2017	(*)	R\$6.514	Previsão de conclusão: maio de 2019	Portaria MME nº 52 de 16/02/2018
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle	REA nº 5.861/2016	R\$3.748	R\$27.348	Previsão de conclusão: abril de 2019	Não há.
<u>MAR</u> LT Itabirito II Vespasiano II 500 Kv	Implantação de nova linha de transmissão	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$10.990	R\$159.181	Previsão de energização: 15 de maio de 2019	Portaria MME 182/2014. Ato Declaratório. Executivo da RFB nº 394/2014.
<u>MIR</u> LT 500kv Miracema - Lajeado C2 LT 230kv Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, Construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$56.045	R\$275.483	Previsão para energização: dezembro de 2019	Portaria MME 134/2016. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 899/2014.
<u>JAN</u> LT 500Kv - Pirapora 2 - Janaúba 3 e LT 500Kv - Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$174.624	R\$959.604	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME 164/2017. Ato Declaratório Executivo da RFB nº 119/2017

(*) Será estabelecido somente após a conclusão do projeto.

(**) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Não houve mudanças nos contratos neste período.
- Estrutura de formação da RAP – as concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
	Resolução 2.258 de 27/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Resolução 1.918 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
TSN	427.856	(34.718)	393.138	494.919	(40.618)	454.301	449.086	(42.547)	406.539
Gtesa	9.361	(550)	8.811	9.216	(531)	8.685	8.238	(766)	7.472
Munirah	36.484	(2.146)	34.338	35.919	(2.629)	33.290	32.335	(3.108)	29.227
Patesa	25.009	(1.280)	23.729	23.933	(810)	23.123	18.931	(1.820)	17.111
ETEO	88.078	(7.457)	80.621	112.775	(12.394)	100.381	155.851	(14.980)	140.871
Novatrans	517.164	(30.415)	486.749	512.214	(37.356)	474.858	460.994	(43.786)	417.208
STE	81.598	(4.969)	76.629	80.334	(6.056)	74.278	72.452	(7.241)	65.211
NTE	153.424	(9.020)	144.404	151.048	(10.708)	140.340	135.672	(13.382)	122.290
ATE	149.037	(8.765)	140.272	146.729	(10.687)	136.042	132.046	(12.692)	119.354
ATE II	230.278	(13.496)	216.782	226.671	(16.542)	210.129	204.000	(19.619)	184.381
ATE III	116.302	(6.896)	109.406	112.228	(8.215)	104.013	102.660	(9.782)	92.878
SGT	5.204	(674)	4.530	5.023	25	5.048	4.595	217	4.812
	1.839.795	(120.386)	1.719.409	1.911.009	(146.521)	1.764.488	1.776.860	(169.506)	1.607.354

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	29.921	36.744	18.766	26.508
PIS e COFINS a compensar	6.824	6.814	6.690	6.690
Impostos e contribuições retidos	3.263	2.329	3.134	2.200
Outros	774	776	2.187	2.062
Ativo circulante	40.782	46.663	30.777	37.460
IRRF sobre aplicações financeiras	26	26	-	-
Ativo não circulante	26	26	-	-
IRPJ e CSLL correntes	36.846	50.954	35.896	50.318
PIS e COFINS	19.452	20.020	17.531	18.147
INSS e FGTS	2.056	3.482	1.550	2.616
ISS	728	1.126	393	614
ICMS	1.163	1.382	69	199
Outros	919	1.826	629	1.578
Passivo circulante	61.164	78.790	56.068	73.472

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/03/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
JAN	400	(255)	145	249	(137)	112
Ativo não circulante	400	(255)	145	249	(137)	112
Taesa	393.319	(457.059)	(63.740)	406.133	(474.335)	(68.202)
ATE III	6.486	(31.637)	(25.151)	6.459	(29.970)	(23.511)
SGT	-	(1.376)	(1.376)	-	(1.362)	(1.362)
MIR	-	(1.523)	(1.523)	-	(1.232)	(1.232)
MAR	-	(2.333)	(2.333)	-	(2.260)	(2.260)
Passivo não circulante	399.805	(493.928)	(94.123)	412.592	(509.159)	(96.567)
Total	400.205	(494.183)	(93.978)	412.841	(509.296)	(96.455)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	360.702	368.436	360.702	368.436
Diferenças temporárias (b)	34.296	39.382	32.617	37.697

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	5.207	5.023	-	-
Ativo não circulante	400.205	412.841	393.319	406.133
Diferenças temporárias (b)	(494.183)	(509.296)	(457.059)	(474.335)
Passivo não circulante	(494.183)	(509.296)	(457.059)	(474.335)
Saldo líquido	(93.978)	(96.455)	(63.740)	(68.202)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas que adotam o lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/03/2018	IRPJ e CSLL	
		31/03/2018	31/12/2017
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	23.590	8.021	9.317
Provisão para participação nos lucros	6.764	2.300	4.272
Provisão para fornecedores	2.643	898	1.691
Provisão para parcela variável	8.550	2.907	2.658
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	11.201	3.808	3.789
Tributos com exigibilidade suspensa	8.585	2.919	2.758
Instrumentos Financeiros – derivativos	35.096	11.933	11.643
Ajuste a valor de mercado - dívida	4.442	1.510	3.254
Total do ativo		34.296	39.382
Variação cambial - regime de caixa	(35.094)	(11.932)	(12.895)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(9.398)	(3.195)	(3.213)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.408.988)	(479.056)	(493.188)
Total do passivo		(494.183)	(509.296)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	22.079	7.507	8.754
Provisão para participação nos lucros	6.564	2.232	4.141
Provisão para fornecedores	2.545	865	1.537
Provisão para parcela variável	7.681	2.612	2.562
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	9.729	3.308	3.287
Tributos com exigibilidade suspensa	7.795	2.650	2.519
Instrumentos Financeiros - derivativos	35.096	11.933	11.643
Ajuste a valor de mercado - dívida	4.442	1.510	3.254
Total do ativo		32.617	37.697
Variação cambial - regime de caixa	(35.094)	(11.932)	(12.894)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(9.398)	(3.195)	(3.213)
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.299.800)	(441.932)	(458.228)
Total do passivo		(457.059)	(474.335)

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
		Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
2018	23.199	9.086	8.333	4.834	37.119	31.532
2019	27.904	23.941	23.181	-	51.845	51.085
2020	19.235	1.269	1.103	-	20.504	20.338
2021	18.974	-	-	-	18.974	18.974
2022	20.354	-	-	373	20.727	20.354
2023 - 2025	69.990	-	-	-	69.990	69.990
2026 - 2028	84.776	-	-	-	84.776	84.776
2029 - 2031	71.505	-	-	-	71.505	71.505
2032 - 2034	16.344	-	-	-	16.344	16.344
2035 - 2037	7.275	-	-	-	7.275	7.275

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora
2038	1.146	-	-	-	1.146	1.146
Total	360.702	34.296	32.617	5.207	400.205	393.319

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal em 23 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações trimestrais. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	270.146	275.109	212.357	217.338

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

10. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	31/03/2018	31/12/2017
Controladas em conjunto	198.940	181.610
Coligadas	1.600.861	1.599.325
Consolidado	1.799.801	1.780.935
Controladas	858.655	761.932
Controladora	2.658.456	2.542.867

Resultado de equivalência patrimonial	31/03/2018	31/03/2017
Controladas em conjunto	3.130	3.385
Coligadas	59.499	48.938
Consolidado	62.629	52.323
Controladas	19.441	22.433
Controladora	82.070	74.756

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	10.457.000	100%	100%
MAR	79.425.778	25.384.000	100%	100%
MIR	73.374.620	33.444.000	100%	100%
JAN	32.948.100	10.598.000	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	621.198	16.448	25.290	5.016	(7)	667.945
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	13.075	3.463	1.991	18.529

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	Total
Equivalência patrimonial	22.218	1.429	(662)	(459)	(93)	22.433
Saldos em 31 de março de 2017	643.416	17.877	37.703	8.020	1.891	708.907
Dividendos adicionais propostos de 2016	(25.941)	-	-	-	-	(25.941)
Dividendos intercalares	(30.116)	-	-	-	-	(30.116)
Adição/Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	25.966	(3.463)	(1.991)	20.512
Aumento de capital	-	-	-	27.931	10.597	38.528
Equivalência patrimonial	43.455	6.140	3.438	(410)	(124)	52.499
Dividendos obrigatórios de 2017	-	(1.798)	(659)	-	-	(2.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	630.814	22.219	66.448	32.078	10.373	761.932
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(39.041)	-	-	(39.041)
Aumento de capital	-	-	54.042	39.931	22.350	116.323
Equivalência patrimonial	17.397	954	395	759	(64)	19.441
Saldos em 31 de março de 2018	648.211	23.173	81.844	72.768	32.659	858.655

(*) Inclui a menos valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações trimestrais individuais (Controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
SGT	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	1.798
MAR	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	659
				2.457
ATE III	Dividendos intercalares em 2017	11/08/2017	AGE	12.475
ATE III	Dividendos intercalares em 2017	23/06/2017	AGE	17.641
	Dividendos intercalares em 2017			30.116
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	25.941
	Aprovação de dividendos adicionais em 2017			25.941
MIR	Aumento de capital	21/12/2017	AGE	10.397
MIR	Aumento de capital	31/07/2017	AGE	8.560
MIR	Aumento de capital	16/01/2017	AGE	8.974
JAN	Aumento de capital	01/06/2017	AGE	10.597
	Aumento de capital em 2017			38.528
MAR	Adiantamento para futuro aumento de capital	12/06/2016	RCA	39.041
	Adiantamento para futuro aumento de capital em 2017			39.041

A data-base das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,58%	52,58%
BRAS	191.052.000	191.052.000	38,66%	38,66%
Aimorés	15.900.000	7.600.000	50,00%	50,00%
Paraguaçu	22.400.000	10.300.000	50,00%	50,00%
ERB1	26.000.000	18.000.000	50,00%	50,00%

Demais acionistas	
ETAU (*)	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
BRAS (*)	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés, ERB1 e Paraguaçu	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

(*) conforme comunicado ao mercado da Eletrobras de 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a transferência para Eletrobras holding de determinadas participações acionárias detidas pelas subsidiárias Eletrosul, Eletronorte e outras. Dentre as participações que podem ser transferidas para a Eletrobras holding, incluem-se as controladas em conjunto ETAU (Eletrosul) e Brasnorte (Eletronorte). A transferência da participação da Brasnorte da Eletronorte para Eletrobras foi anuída pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. Ambas transferências não foram concluídas até o presente momento.

Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Brasnorte

- O Conselho de Administração será composto de cinco Conselheiros, sendo dois membros indicados pela Eletronorte, dois membros indicados pela Taesa e um membro indicado pela Bipar. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bipar e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos desse órgão, não tendo direito a voto de qualidade. A aprovação das matérias previstas nas competências no Conselho de Administração dependerá de voto afirmativo de pelo menos 4/5 (quatro quintos) de seus membros.
- A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à Taesa a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bipar a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro. O quórum de instalação da reunião é a maioria dos membros em exercício. As resoluções da Diretoria resultarão do voto da maioria dos presentes.
- Se uma das controladoras decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu "stake" na sociedade, os demais acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- As questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa-fé, por um período não superior a 30 dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.
- O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

ETAU

- A ETAU terá um Conselho de Administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará um membro do Conselho de Administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação dos acionistas no capital da ETAU. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo a cada um dos Conselheiros um voto nas deliberações.
- A ETAU terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da ETAU ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas respectivas áreas de atuação, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. As decisões de diretoria devem ser tomadas pelos dois diretores em conjunto.
- Os acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da ETAU, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá aos demais acionistas, sempre proporcionalmente.
- Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a ETAU e para os demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

"Standard and Poors" (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, por outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.

- No caso de controvérsias ou disputas decorrentes desse acordo, os acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso os acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação por escrito de outro(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, os acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre os acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Paraguaçu, Aimorés e ERB1

- A Paraguaçu, Aimorés e ERB1 terá um Conselho de Administração composto por até quatro membros e seus respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelos acionistas. Cada acionista indicará dois membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Na hipótese em que qualquer dos Acionistas, passe a deter participação inferior a 40% do Capital Social da Sociedade, este Acionista passará a indicar 1 (um) conselheiro e seu respectivo suplente. O outro acionista, nesse cenário, indicará 3 (três) conselheiros e seus respectivos suplentes. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sempre que cada acionista que é parte do Acordo de Acionistas detiver participação, de forma isolada, maior ou igual a 40% do Capital Social da Companhia.

- A Diretoria da Paraguaçu, Aimorés e ERB1 será composta por 2 (dois) diretores, sendo um o Diretor Administrativo/Financeiro e outro o Diretor Técnico, ambos escolhidos de comum acordo entre os acionistas, para um mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições. Os Diretores deverão obrigatoriamente (i) ser profissionais idôneos, que, além de preencherem os requisitos legais, possuam competência, capacidade gerencial e técnica e comprovada experiência profissional e notória experiência no setor elétrico e/ou no setor financeiro e/ou de investimentos, conforme a área de atuação; e (ii) ser selecionados via agência especializada em seleção e contratação de executivos ("Headhunter"), a qual, observando os requisitos acima, selecionará profissionais de mercado e/ou profissionais que eventualmente sejam funcionários de qualquer dos acionistas e sejam indicados por qualquer dos acionistas ao Headhunter. Ao final do processo de contratação conduzido pelo Headhunter, este deverá apresentar aos acionistas uma lista com, no mínimo, 3 (três) profissionais que atendam aos requisitos de cada um dos cargos, conforme determinados pelo próprio Conselho de Administração. Caberá aos Acionistas, em conjunto, a indicação de um dos nomes contidos em cada lista para que sejam submetidos ao Conselho de Administração e eleitos.

- Os acionistas poderão apenas transferir, seja para terceiros ou para suas partes relacionadas, a totalidade de suas ações, sendo vedada qualquer transferência de apenas parte de suas ações a qualquer tempo. Neste sentido, caso um acionista decida transferir a totalidade de suas ações, o outro acionista terá: (i) direito de preferência para adquirir a totalidade das ações ofertadas, independentemente da quantidade de ações ofertadas; ou (ii) o direito de transferir, a seu exclusivo critério, a mesma proporção de suas ações conjuntamente e nas mesmas condições das ações ofertadas. O acionista alienante deverá comunicar a oferta das ações ofertadas ao outro acionista mediante notificação, por escrito. O acionista ofertado terá 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação da oferta, para enviar notificação para o acionista alienante, por escrito, indicando se deseja ou não exercer seu Direito de Preferência e adquirir a totalidade das ações do acionista alienante nas mesmas condições da notificação da oferta; ou se deseja ou não exercer o seu direito de venda conjunta e transferir a proporção aplicável das suas ações nas condições apresentadas na notificação de oferta.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Caso os Acionistas ou os seus representantes não obtenham consenso em relação a qualquer matéria objeto da ordem do dia de uma Assembleia Geral ou, conforme o caso, em razão de empate na votação, qualquer um dos Acionistas poderá declarar a ocorrência de uma Divergência dos Acionistas por meio de notificação escrita enviada ao outro Acionista. Em até 10 (dez) dias consecutivos contados do recebimento da notificação referida acima, a matéria que gerou divergência deverá ser objeto de mediação, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação referida, entre os representantes dos Acionistas, os quais envidarão seus melhores esforços para dirimir a divergência de modo amigável e de boa fé, observado o melhor interesse da Sociedade. Ao final do Prazo de Mediação, vindo a chegar a uma proposta de acordo para dirimir a divergência, a proposta acordada na mediação deverá ser novamente submetida à deliberação da Assembleia Geral da Sociedade, que aprovará ou rejeitará a proposta.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto	ETAU (*)	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	73.315	95.291	-	-	-	168.606
Equivalência patrimonial	1.744	1.647	(1)	(5)	-	3.385
Saldos em 31 de março de 2017	75.059	96.938	(1)	(5)	-	171.991
Dividendos adicionais propostos	(11.248)	(2.319)	-	-	-	(13.567)
Aumento de capital	-	-	3.801	5.150	9.000	17.951
Equivalência patrimonial	4.042	3.591	(139)	(106)	56	7.444
Dividendos obrigatório de 2017	(77)	(2.132)	-	-	-	(2.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	67.776	96.078	3.661	5.039	9.056	181.610
Aumento de capital	-	-	4.150	6.050	4.000	14.200
Equivalência patrimonial	1.948	1.893	(211)	(198)	(302)	3.130
Saldos em 31 de março de 2018	69.724	97.971	7.600	10.891	12.754	198.940

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações trimestrais individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado).

Em 17 de maio de 2017 e 18 de novembro de 2016, houve a Assembleia Geral de Constituição (AGC) da controladas em conjunto ERB1, Aimorés e Paraguaçu, respectivamente.

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ETAU	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	77
BRAS	Dividendos obrigatórios de 2017	-	-	2.132
Dividendos obrigatórios de 2017				2.209
Aimorés	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	3.801
Paraguaçu	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	5.150
ERB1	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	9.000
Aumento de capital em 2017				17.951
BRAS	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	2.319
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2016	28/04/2017	AGO	11.248
Aprovação dos dividendos adicionais em 2016				13.567
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	16/02/2017	RCA	114
BRAS	Dividendos mínimos obrigatórios de 2016	09/02/2017	RCA	3.213
Dividendos mínimos obrigatórios de 2016				3.327

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<u>Coligadas diretas</u>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	24,00%	24,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	25,00%	25,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	24,50%	24,50%
EDTE	339.500	-	24,95%	
<u>Coligadas indiretas</u>				
STC	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
ESTE	1.730.894	1.730.894	49,98%	49,98%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%
EDTE	339.500	-	25,04%	

De acordo com o Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG. Durante este período, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE

- A Alupar Investimento S.A. ("Alupar") terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade: (i) aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias; (iii) liquidação ou dissolução da referida sociedade; (iv) alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas; (v) participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza; (vi) abertura ou fechamento do capital da referida sociedade; e (vii) alteração dos limites de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.

- Será vedada ao acionista a participação de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.
- O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros: (i) Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social; (ii) Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350; e (iii) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social; as decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo-Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

Movimentação dos investimentos em coligadas	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	EDTE	Trans- leste	Tran- sudeste	Tran- sirapé	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	686.467	168.357	59.658	436.533	62.854	147.452	-	-	-	-	1.561.321
Dividendos adicionais propostos em 2016	(22.820)	-	(8.576)	(18.543)	(3.768)	(5.324)	-	-	-	-	(59.031)
Equivalência proporcional	22.848	3.265	1.638	14.231	1.652	5.304	-	-	-	-	48.938
Saldos em 31 de março de 2017	686.495	171.622	52.720	432.221	60.738	147.432	-	-	-	-	1.551.228
Equivalência patrimonial	51.997	8.128	863	26.734	7.515	12.676	-	314	237	347	108.811
Dividendos intercalares 2017	(41.052)	-	-	(26.780)	(3.881)	(8.024)	-	(800)	-	-	(80.537)
Juros sobre capital próprio	(24.026)	-	-	(12.017)	-	(5.565)	-	-	-	-	(41.608)
Dividendos mínimos obrigatórios 2017	-	(3.486)	(1.812)	-	-	-	-	(1.302)	(940)	-	(7.540)

Notas Explicativas


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aquisição de participação – caixa	-	-	-	-	-	-	-	18.089	13.904	24.095	56.088
Aquisição de participação – valor adicional	-	-	-	-	-	-	-	4.918	3.335	4.630	12.883
Saldos em 31 de dezembro de 2017	673.414	176.264	51.771	420.158	64.372	146.519	-	21.219	16.536	29.072	1.599.325
Equivalência patrimonial	25.598	3.603	1.940	17.092	1.837	5.706	-	1.277	968	1.478	59.499
Ajuste de PPA	-	-	-	-	-	-	-	7.562	2.566	(10.128)	-
Dividendos adicionais propostos em 2017	(21.922)	-	-	(31.646)	(3.648)	(4.261)	-	-	-	-	(61.477)
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	3.514	-	-	-	3.514
Saldos em 31 de março de 2018	677.090	179.867	53.711	405.604	62.561	147.964	3.514	30.058	20.070	20.422	1.600.861

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	21.922
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	4.261
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	31.646
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2017	AGOE	3.648
Dividendos adicionais propostos de 2017				61.477
EBTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	3.486
ECTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	1.812
TRANSLESTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	1.302
TRANSUDESTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	940
Dividendos mínimos obrigatórios de 2017				7.540
EATE	Juros sobre Capital Próprio de 2017	10/10/2017	RCA	12.499
ENTE	Juros sobre Capital Próprio de 2017	10/10/2017	RCA	7.748
ETEP	Juros sobre Capital Próprio de 2017	10/10/2017	RCA	2.558
EATE	Juros sobre Capital Próprio de 2017	06/12/2017	RCA	11.527
ENTE	Juros sobre Capital Próprio de 2017	06/12/2017	RCA	4.269
ETEP	Juros sobre Capital Próprio de 2017	06/12/2017	RCA	3.007
Juros sobre Capital Próprio de 2017				41.608
EATE	Dividendos intercalares de 2017	22/08/2017	RCA	41.052
ETEP	Dividendos intercalares de 2017	22/08/2017	RCA	8.024
ENTE	Dividendos intercalares de 2017	22/08/2017	RCA	26.780
ERTE	Dividendos intercalares de 2017	22/08/2017	RCA	3.881
TRANSLESTE	Dividendos intercalares de 2017	22/12/2017	AGE	800
Dividendos intercalares de 2017				80.537
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	22.820
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	5.324
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	18.543
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	13/03/2017	AGOE	3.768
ECTE	Dividendos adicionais propostos de 2016	27/03/2017	AGOE	8.576
Dividendos adicionais propostos de 2016				59.031

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

Conclusão da Compra da "IB" - Após a obtenção de anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi concluída a aquisição de 24,95% por parte da Companhia e 50,10% por parte da sua coligada, a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE"), do capital social da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("IB").

Empreendimento Lote M	
Local	Estado da Bahia
Objeto	LT 500 kV Ibicoara – Poções III, com 165km LT 230 kV Poções III – Poções II CD, C1 e C2, 2x2,5 km SE 500/230 kV Poções III – (3+1Res) x 200 MVA
Extensão Total	168 km
Investimento Estimado pela Aneel	R\$ 367.948 (ref. 18/01/2016)
RAP	R\$ 59.590 (ref. 18/01/2016)

A Taesa pagou R\$ 3.514 e a ENTE pagou R\$ 7.057 referente às ações adquiridas, incluindo todas as despesas diretamente relacionadas à implementação do objeto do contrato de concessão,

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

comprovada e razoavelmente incorridas (proporcionais aos percentuais de aquisição da Taesa e da ENTE no capital social da IB). Os valores acima foram corrigidos pela variação da taxa CDI apurada entre 30 de agosto de 2017 e 26 de março de 2018. Com a conclusão da operação, a Taesa passa a deter direta e indiretamente 49,99% da IB, cujo empreendimento (Lote M) conectará as concessões Paraguaçu (Lote 3) e Aimorés (Lote 4) ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reforçando.

Alteração da denominação social da "IB" - Em 26 de março de 2018 a AGE da IB autorizou a alteração de sua denominação social, de IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A para EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.

Reestruturação societária das Transmineiras - Em 30 de novembro de 2017, após a aprovação do CADE, credores e bancos financiadores, a operação de reestruturação societária foi concluída com a transferência para a Taesa das participações acionárias detidas pela CEMIG no capital social da Transleste, Transudeste e Transirapé ("Transmineiras"). A operação de reestruturação societária foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 12 de julho de 2017, e pela Assembleia Geral no dia 02 de agosto de 2017. Com a conclusão da operação, a Taesa passa a deter direta e indiretamente 30% (trinta por cento) da Transleste, 29% (vinte e nove por cento) da Transudeste e 29% (vinte e nove por cento) da Transirapé.

Em 30 de novembro de 2017 a Taesa desembolsou o valor de R\$56.088, já corrigido pela (i) variação acumulada do IPCA a partir de 1º de janeiro de 2017, inclusive, até o dia imediatamente anterior à data de assinatura do instrumento da Reestruturação Societária; e (ii) variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir da data de assinatura, inclusive, até o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento, descontados os valores dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) pelas Transmineiras em favor da Cemig pagos ou não até a data do fechamento da Operação, devidamente corrigidos pela variação acumulada do IPCA entre a data do respectivo pagamento e o dia útil imediatamente anterior à data do fechamento.

Poderá ser devido, ainda, pela Taesa à CEMIG, uma parcela adicional de preço, no valor máximo de R\$11.786, caso as Transmineiras obtenham decisão favorável em determinados processos judiciais que se encontram em curso, conforme condições estabelecidas no instrumento da reestruturação societária. Este valor será devidamente corrigido pela variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI a partir de 1º de janeiro de 2017 (inclusive) até o dia útil imediatamente anterior ao pagamento. O valor atualizado de R\$12.883 foi registrado em 31 de dezembro de 2017 nas rubricas de investimentos e contas a pagar a partes relacionadas (CEMIG).

d) Informações trimestrais resumidas

Informações trimestrais individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das informações trimestrais - considerando que coligadas diretas em que a Taesa possui participação são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE e Transmineiras), a Companhia optou por agregar as Informações trimestrais para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31/03/2018								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Subtotal	Grupo TBE	Transmineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	7.255	150	4.680	5.688	6.432	24.205	94.202	30.155	148.562
Ativo financeiro de concessão (i)	27.882	22.663				50.545	749.030	98.022	897.597
Outros ativos circulantes	10.646	11.181	226	631	15	22.699	65.693	16.936	105.328
Ativos circulantes	45.783	33.994	4.906	6.319	6.447	97.449	908.925	145.113	1.151.487

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço patrimonial	31/03/2018								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Ativo financeiro de concessão (i)	103.426	290.350	11.864	17.464	27.952	451.056	1.560.220	304.279	2.315.555
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	-	866.219	-	866.219
Outros ativos não circulantes	847	712	141	169	107	1.976	46.150	1.194	49.320
Ativos não circulantes	104.273	291.062	12.005	17.633	28.059	453.032	2.472.589	305.473	3.231.094
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	4.640	-	-	-	-	4.640	264.934	28.796	298.370
Outros passivos circulantes	15.579	8.022	492	378	6.166	30.637	161.528	33.801	225.966
Passivos circulantes	20.219	8.022	492	378	6.166	35.277	426.462	62.597	524.336
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	20.017	-	-	-	-	20.017	616.196	163.527	799.740
Impostos e contribuições diferidos	14.313	34.957	1.221	1.798	2.833	55.122	270.911	12.494	338.527
Tributos diferidos	5.803	27.164	-	-	-	32.967	-	-	32.967
Outros passivos não circulantes	1.189	1.522	-	-	-	2.711	3.778	-	6.489
Passivos não circulantes	41.322	63.643	1.221	1.798	2.833	110.817	890.885	176.021	1.177.723
Patrimônio líquido individual	88.515	253.391	15.198	21.776	25.507	404.387	2.064.167	211.968	2.680.522
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	46.545	97.971	7.599	10.892	12.754	175.761	937.129	51.995	1.164.885
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	23.179	-	-	-	-	23.179	593.181	18.556	634.916
Investimento total da Taesa	69.724	97.971	7.599	10.892	12.754	198.940	1.530.310	70.551	1.799.801

Balço patrimonial	31/12/2017								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.885	122	3.335	4.746	3.845	14.933	158.461	23.785	197.179
Ativo financeiro de concessão (i)	27.539	22.426	-	-	-	49.965	761.039	96.559	907.563
Outros ativos circulantes	8.800	7.208	91	320	3	16.422	70.162	17.250	103.834
Ativos circulantes	39.224	29.756	3.426	5.066	3.848	81.320	989.662	137.594	1.208.576
Ativo financeiro de concessão (i)	105.240	289.407	8.827	12.869	19.404	435.747	1.576.417	307.768	2.319.932
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	-	869.439	-	869.439
Outros ativos não circulantes	5.102	744	43	67	-	5.956	43.765	1.147	50.868
Ativos não circulantes	110.342	290.151	8.870	12.936	19.404	441.703	2.489.621	308.915	3.240.239
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	5.050	-	-	-	-	5.050	255.442	25.468	285.960
Outros passivos circulantes	18.363	8.926	4.382	7.056	3.834	42.561	189.642	25.369	257.572
Passivos circulantes	23.413	8.926	4.382	7.056	3.834	47.611	445.084	50.837	543.532
Empréstimos e financiamentos (ii)	21.033	-	-	-	-	21.033	681.126	171.798	873.957
Impostos e contribuições diferidos	13.689	33.860	-	-	-	47.549	270.108	12.566	330.223
Tributos diferidos	5.868	27.085	594	866	1.306	35.719	-	-	35.719
Outros passivos não circulantes	1.250	1.541	-	-	-	2.791	3.890	-	6.681
Passivos não circulantes	41.840	62.486	594	866	1.306	107.092	955.124	184.364	1.246.580
Patrimônio líquido individual	84.313	248.495	7.320	10.080	18.112	368.320	2.079.075	211.310	2.658.705
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	44.335	96.078	3.661	5.039	9.056	158.169	941.823	51.893	1.151.885
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	23.441	-	-	-	-	23.441	590.675	14.934	629.050
Investimento total da Taesa	67.776	96.078	3.661	5.039	9.056	181.610	1.532.498	66.827	1.780.935

Demonstração do resultado	31/03/2018								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	ERB1	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Receita operacional líquida	9.137	7.298	2.262	3.450	6.670	28.817	147.061	20.702	196.580
Custos e despesas	(2.251)	(1.080)	(2.906)	(4.155)	(7.690)	(18.082)	(21.591)	(2.478)	(42.151)
Receitas financeiras	106	70	75	91	68	410	2.348	467	3.225
Despesas financeiras	(632)	(23)	(1)	(3)	(1)	(660)	(17.674)	(3.577)	(21.911)
Resultado financeiro	(526)	47	74	88	67	(250)	(15.326)	(3.110)	(18.686)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	26.541	-	26.541
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.158)	(1.369)	148	220	349	(2.810)	(19.283)	(835)	(22.928)
Resultado do período	4.202	4.896	(422)	(397)	(604)	7.675	117.402	14.279	139.356
Resultado do período - participação da Taesa	2.210	1.893	(211)	(199)	(302)	3.391	53.268	3.507	60.166
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(262)	-	-	-	-	(262)	2.508	216	2.462
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.948	1.893	(211)	(199)	(302)	3.129	55.776	3.723	62.628

Demonstração do resultado	31/03/2017							
	ETAU	Brasnorte	Aimorés	Paraguaçu	Subtotal	Grupo TBE	Total	
Receita operacional líquida	8.079	7.107	167	249	15.602	160.232	175.834	
Custos e despesas	(1.932)	(1.605)	(169)	(259)	(3.965)	(16.954)	(20.919)	
Receitas financeiras	585	143	-	-	728	4.567	5.295	
Despesas financeiras	(958)	(20)	-	-	(978)	(36.854)	(37.832)	
Resultado financeiro	(373)	123	-	-	(250)	(32.287)	(32.537)	
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	28.604	28.604	
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.959)	(1.365)	-	-	(3.324)	(20.264)	(23.588)	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do período	3.815	4.260	(2)	(10)	8.063	119.331	127.394
Resultado do período - participação da Taesa	2.006	1.647	(1)	(5)	3.647	53.851	57.498
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(262)	-	-	-	(262)	(4.913)	(5.175)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.744	1.647	(1)	(5)	3.385	48.938	52.323

(i) Ativo financeiro de concessão

Ativo financeiro	31/03/2018	31/12/2017
ETAU	131.308	132.779
BRAS	313.013	311.833
ERB1	27.952	19.404
Aimorés	11.864	8.827
Paraguaçu	17.464	12.869
Controladas em conjunto	501.601	485.712
EATE	733.086	736.109
EBTE	590.600	579.854
ECTE	156.529	153.383
ENTE	547.819	544.799
ERTE	139.040	137.473
ETEP	142.176	139.764
Transleste	148.821	149.928
Transudeste	100.922	101.177
Transirapé	152.558	153.223
Coligadas diretas	2.711.551	2.695.710

Reforços, subestações e linhas de transmissão em fase de construção

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição atual	REIDI (a)
ETAU SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281, que altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017, publicado no DOU em 17/04/2017	R\$1.507	R\$10.272	Previsão para energização: setembro de 2018.	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017
AIMORÉS LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 004/2017	R\$71.425	R\$341.118	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017. ADE da RFB nº 191/2017
PARAGUACU LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 003/2017	R\$106.613	R\$505.595	Previsão para energização: fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017. ADE da RFB nº 98/2017
ERB1 LT 525 kV Guaíra - Sarandi - CD, C1 e C2; LT 525 kV Foz do Iguaçu - Guaíra - CD, C1 e C2; LT 525 kV Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte, CD; SE 525/230 kV Guaíra (novo pátio 525 kV) - (6 + 1 Res) x 224 MVA; SE 525/230/138 kV Sarandi (novo pátio 525 kV) - 525/230 kV (6 + 1 Res) x 224	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 022/2017	R\$267.317	R\$1.936.474	Previsão para energização: agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017, protocolada na RFB

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição atual	REIDI (a)
MVA; SE 230/138 kV Paranavaí Norte - (6 + 1 Res) x 50 MVA						

(a) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiadores	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2018	31/12/2017
ETAU	BNDES Finame Alston	Janeiro/2021	(b)	Taxa fixa 9,5%a.a.	216	231
	BNDES Finame Toshiba	Janeiro/2021	(b)	Taxa fixa 9,5%a.a.	2.547	2.741
	BNDES	Janeiro/2018	(b)	Cesta de moedas + 4.0% a.a. / TJLP + 4.0% a.a.	-	646
	BNDES Automático BNP Paribas	Agosto/2021 Dezembro/2019	(d) (a)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76% 108% do CDI	11.694 10.200	12.442 10.023
Controladas em conjunto					24.657	26.083
EATE	Itaú	Março/2019		CDI + 1,15%	83.296	104.104
	Itaú	Agosto/2020		109,75% CDI	94.374	103.952
	Itaú	Setembro/2019	(a)	114% CDI	126.472	126.449
	Itaú	Setembro/2021		116% CDI	54.203	54.193
	Bradesco	Setembro/2022		107,75% CDI	68.342	70.924
EBTE	BNDES	Maio/25 Novembro/2019	(c)	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	81.281 4.825	83.967 5.549
ECTE	Itaú	Outubro/17		CDI + 0,9875%	-	-
	Itaú	Maio/20	(a)	CDI + 2,15%	65.562	65.606
	Bradesco	Setembro/22		107,75% CDI	74.569	74.545
ENTE	Itaú	Agosto/20		109,75% CDI	147.200	162.139
	Itaú	Setembro/19		114% CDI	28.046	28.034
	Itaú	Setembro/21		116% CDI	12.020	12.014
ETEP	Itaú	Agosto/20	(a)	109,75% CDI	40.939	45.092
TRANS-LESTE	BDMG	Março/25	(e)	10% a.a.	17.114	17.733
	BNB	Março/25		9,5% a.a.	5.269	5.453
	Bradesco	Agosto/20	(a)	109,75% CDI	32.703	36.006
	Bradesco	Setembro/20		109,75% CDI	29.793	29.781
TRAN-SIRAPÉ	BDMG	Julho/20		4,5% a.a.	309	342
	BDMG	Janeiro/24		3,5% a.a.	13.918	14.513
	BDMG	Abril/21	(f)	4,5% + TJLP	5.046	4.639
	BDMG	Outubro/29		3,5% + TJLP	4.646	5.146
	BNDES	Abril/26		6% + TJLP	4.010	4.163
	Bradesco	Setembro/22	(a)	107,75% CDI	29.799	29.789
	Mútuo	Maio/18		113% CDI	1.504	-
TRAN-SUDESTE	Bradesco	Setembro/22	(a)	107,75% CDI	49.716	49.701
Coligadas diretas					1.074.956	1.133.834

- (a) Sem garantias.
 (b) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.
 (c) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.
 (d) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira.
 (e) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.
 (f) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	31/03/2018			31/12/2017		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	495	120	615	495	120	615
BRAS	216	-	216	216	-	216
Controladas em conjunto	711	120	831	711	120	831
EATE	-	176	176	-	185	185
ECTE	-	-	-	-	150	150
Coligadas diretas	-	176	176	-	335	335
	711	296	1.007	711	455	1.166

Existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, tributária e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Passivos contingentes	31/03/2018	31/12/2017
ETAU	152	152
BRAS	7.328	7.328
Controladas em conjunto	7.480	7.480
EATE	12.955	2.331
EBTE	749	796
ENTE	634	5
ERTE	18	43
ETEP	748	651
Coligadas diretas	15.104	3.826

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
	Resolução nº 2.258 de 30/06/2017			Resolução 2.098 de 28/06/2016			Resolução 1.918 de 23/06/2015		
	Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982
BRAS	25.801	(1.374)	24.427	24.905	(396)	24.509	22.865	(2.309)	20.556
ENTE	225.130	(13.240)	211.890	221.644	(16.211)	205.433	199.517	(19.177)	180.340
EATE	354.280	(26.483)	327.797	422.270	(32.293)	389.977	381.290	(36.649)	344.641
EBTE	46.005	(2.480)	43.525	44.400	(3.208)	41.192	40.615	(5.088)	35.527
ECTE	47.529	(4.954)	42.575	79.723	(6.839)	72.884	84.201	(8.093)	76.108
ETEP	56.367	(5.645)	50.722	96.563	(7.037)	89.526	86.907	(8.350)	78.557
ERTE	50.533	(2.972)	47.561	49.750	(3.642)	46.108	44.786	(4.305)	40.481
STC	43.982	(1.574)	42.408	41.522	(1.512)	40.010	36.935	(2.479)	34.456
Lumitrans	26.629	(1.553)	25.076	26.206	(1.918)	24.288	23.591	(2.268)	21.323
ESDE	13.097	(1.002)	12.095	12.640	(557)	12.083	11.542	(796)	10.746
ETSE	19.591	(1.229)	18.362	-	-	-	-	-	-
Transirapé	33.123	(1.585)	31.538	29.201	(1.412)	27.789	26.287	(2.159)	24.128
Transleste	40.804	(2.400)	38.404	40.172	(2.941)	37.231	36.163	(3.476)	32.687
Transudeste	25.291	(1.487)	23.804	24.899	(1.823)	23.076	22.414	(2.154)	20.260
TOTAL	1.054.201	(70.185)	984.016	1.156.422	(82.747)	1.073.675	1.055.547	(100.755)	954.792

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto						
1	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ETAU	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2018	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O presente contrato está em processo de renovação.
2	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Eventuais atrasos na implantação, que não sejam Imputáveis a Contratada, poderão ser motivo de aditivo para repactuação nos preços até a conclusão dos serviços.
3	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 a 14/04/2018	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/ Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O presente contrato está em processo de renovação.
4	Comodato de imóvel - BRAS	Não possui valor	A partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
5	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - Aimorés (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre a Taesa e suas controladas						
6	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
7	OCR x Outras receitas - Serviços de operação - ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/setembro	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
8	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$19 Valor mensal	05/05/2014 a 05/05/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O presente contrato está em processo de renovação.
9	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$19 Valor mensal	08/09/2014 a 08/09/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de	Não houve.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
					notificação judicial ou extrajudicial.	
10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 08/09/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
11	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT - SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Transações entre Taesa e controladas em conjunto					
1	Serviços de "back-office" - ETAU	68	67	206	199
2	Serviços de engenharia - Taesa x Etau	67	68	204	-
3	Serviços de "back-office"- BRAS	29	29	86	87
5	Reembolso de despesas - Aimorés	-	1	-	-
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas					
11	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	-	78	156	238
		164	243	652	524

(*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

REF	Contratos e outras transações	Controladora			
		Ativo		Receita	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Transações entre Taesa e suas controladas em conjunto					
1	Serviços de "back-office" - ETAU	68	67	206	199
2	Serviços de engenharia - Taesa x Etau	67	68	204	-
3	Serviços de "back-office"- BRAS	29	29	86	87
5	Reembolso de despesas - Aimorés	-	1	-	-
Transações entre Taesa e suas controladas					
6	Serviços de "back-office" - MAR	25	25	77	76
7	Serviços de operação - ATE III	76	38	114	116
8	Serviços de "back-office" - ATE III	25	25	76	72
9	Serviços de "back-office" - SGT	23	23	71	69
10	Serviços de "back-office" - MIR	45	45	136	66
		358	321	970	685

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	OCP x Prestação de serviços "Data Center" - Ativas	R\$47 Valor mensal	29/09/2017 a 29/09/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de	O presente contrato poderá ser renovado por períodos maiores mediante a assinatura de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
					patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	termos aditivos.
2	OCP x serviços prestados - desenvolvimento de projeto P&D - Axxiom	R\$3.836 Valor total do contrato	29/08/2016 a 29/08/2018	Juros de 1% ao mês	Quando o outro Partícipe tiver sua falência decretada ou seja objeto de processo de recuperação judicial ou extrajudicial; por motivo de força maior ou caso fortuito entendido como todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no contrato.	Não houve.
3	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Custo e Despesa - Reembolso de despesas - CEMIG GT	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
5	OCP x Custo e Despesa - Prestação de serviços de engenharia - Leilão ANEEL CEMIG GT	R\$ 259 Valor total do contrato	14/11/2017 a 14/07/2018	Multa de 0,01% a.d. com limite de 10%/Atualização pelo IPCA	Descumprimento de qualquer das partes ou condição; atraso injustificado de qualquer parcela devida; falência, recuperação judicial e extrajudicial	Não houve.
Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas						
6	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
7	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	O contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data de início da operação comercial.
8	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA	Não houve	O pagamento do valor mensal só será devido a partir do início da operação comercial.
Transações entre a Taesa e suas controladas						
9	OCP x Reembolso de despesas - ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre a Taesa e sua Controladora						
10	OCP X Investimento - aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento	Não houve.	Vide nota explicativa nº10 - Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. Não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado e não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Consolidado				
	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2017	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center – Ativas	-	46	94	329
3	Previdência privada - Forluz - despesa	-	-	394	403
3	Previdência privada - Forluz - custo	-	-	97	99
4	Reembolso de despesas - CEMIG GT	-	-	-	16
5	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 002/2017- CEMIG GT	-	241	-	-
10	Aquisições Transmineiras – Valor adicional – TAESA X CEMIG	12.883	12.883	-	-
Transações entre controladas da Taesa e empresas ligadas-					
6	CCI - SGT x CEMIG GT	4	4	15	11
7	O&M - SGT x CEMIG GT	41	40	139	88
		12.928	13.214	739	946

R E F	Controladora				
	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center – Ativas	-	46	94	329
3	Previdência privada - Forluz - despesa	-	-	375	403
3	Previdência privada - Forluz - custo	-	-	92	99
4	Reembolso de despesas - CEMIG GT	-	-	-	16
5	Serviços de engenharia Participação Leilão ANEEL 002/2017- CEMIG GT	-	241	-	-
10	Aquisições Transmineiras – Valor adicional – TAESA X CEMIG	12.883	12.883	-	-
Transações com Controladas					
9	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	1	1	-	-
		12.884	13.171	561	847

II - Fundo de renda fixa – Pampulha - são classificadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários. A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/03/2018	Saldo em 31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	9.670	4.184	6.418	3.191	1,95%	11,65%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2018	CDI + 0,90%	-	-	-	-	-	-
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	3.730	1.648	2.476	1.257	1,69%	10,69%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	1.862	815	1.236	622	2,52%	14,22%
Debêntures	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 4,25%	1.755	768	1.165	586	2,59%	14,57%
Debêntures	Axxiom	29/01/2017	112% CDI	-	-	-	-	-	-
NC	LIGHT	22/01/2019	CDI + 3,5%	7.355	3.273	4.882	2.496	2,41%	12,89%
				24.372	10.688	16.177	8.152		

III – Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2017	Adição (a)	Recebimento	31/03/2018
Controladas em conjunto e coligadas				
ETAU	6.067	-	-	6.067
BRAS	2.131	-	-	2.131
EATE	-	21.923	(21.923)	-
EBTE	3.486	-	(1.470)	2.016
ECTE	4.773	-	(955)	3.818
ENTE	-	31.646	(19.996)	11.650
ERTE	-	3.648	(3.648)	-
ETEP	-	4.262	(1.500)	2.762
TRANSLESTE	1.302	-	-	1.302
TRANSUDESTE	940	-	-	940
Consolidado	18.699	61.479	(49.492)	30.686
Controladas				
SGT	3.786	-	-	3.786
MAR	806	-	-	806
Controladora	23.291	61.479	(49.492)	35.278

Dividendos e JCP a receber	31/12/2016	Adição (a)	Recebimento	31/12/2017
Controladas em conjunto e coligadas				
ETAU	10.770	11.325	(16.028)	6.067
BRAS	3.752	4.451	(6.072)	2.131

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

EATE	-	87.898	(87.898)	-
EBTE	3.254	3.486	(3.254)	3.486
ECTE	2.020	10.388	(7.635)	4.773
ENTE	-	57.340	(57.340)	-
ERTE	-	7.649	(7.649)	-
ETEP	-	18.913	(18.913)	-
TRANSLESTE	-	2.102	(800)	1.302
TRANSUDESTE	-	940	-	940
Consolidado	19.796	204.492	(205.589)	18.699
Controladas				
ATE III	-	56.057	(56.057)	-
SGT	1.988	1.798	-	3.786
MAR	147	659	-	806
Controladora	21.931	263.006	(261.646)	23.291

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2017	Adição (a)	Pagamento	31/03/2018
Consolidado e Controladora				
FIP Coliseu	-	-	-	-
FIA Taurus	-	-	-	-
ISA	-	-	-	-
Cemig	-	-	-	-
Não Controladores (b)	6	-	-	6
	6	-	-	6

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2016	Adição (a)	Pagamento	31/12/2017
Consolidado e Controladora				
FIP Coliseu	-	48.952	(48.952)	-
FIA Taurus	-	3.553	(3.553)	-
ISA	-	38.008	(38.008)	-
Cemig	-	182.705	(182.705)	-
Não Controladores (b)	4	335.103	(335.101)	6
	4	608.321	(608.319)	6

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

(b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
JCP	2017	13/12/2017	CA	28/12/2017	93.115	0,09009	0,09009
Dividendo intercalares	2017	10/11/2017	CA	29/11/2017	44.459	0,04301	0,04301
JCP	2017	10/11/2017	CA	29/11/2017	47.983	0,04642	0,04642
Dividendos intercalares	2017	11/08/2017	CA	31/08/2017	675	0,00065	0,00065
JCP	2017	11/08/2017	CA	31/08/2017	69.211	0,06696	0,06696
Dividendos intercalares	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	100.041	0,09680	0,09680
JCP	2017	17/05/2017	CA	31/05/2017	78.117	0,07559	0,07559
Adicionais propostos	2016	28/04/2017	AGO	12/05/2017	174.718	0,16906	0,16906
					608.319		

(*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

IV - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - classificadas no Resultado – despesa de pessoal

Proporção da remuneração total	31/03/2018		31/12/2017	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria	64%	36%	52%	48%

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de membros remunerados (*)	21	22	4	4	10	10
Remuneração fixa	649	787	1.492	1.135	132	128
Salário ou pró-labore (incluindo encargos)	649	787	1.363	991	132	128

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Benefícios diretos e indiretos	-	-	129	144	-	-
Remuneração variável	-	-	825	797	-	-
Participação nos resultados	-	-	825	797	-	-
Valor total da remuneração	649	787	2.317	1.932	132	128

(*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Número de membros efetivos	11	11	4	4	5	5
Número de membros suplentes	10	11	-	-	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	17	16	382	238	9	8
Menor remuneração individual no período (mensal)	8	8	313	139	9	8
Remuneração individual média no período (mensal) (**)	13	12	341	172	9	8

(**) A média de remuneração foi calculada por dezessete membros, pois um Conselheiro de Administração suplente abdicou do pró-labore e outros três Conselheiros de Administração (dois titulares e um suplente), que recebem em dólar e trimestralmente, que não foram contemplados nesse trimestre, sendo regularizado no mês de abril.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e recebido	Vencimento final	
<i>Moeda nacional-R\$ (1)</i>						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito A	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	NVT	28/10/2011	CCB-subcrédito B	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
<i>Moeda estrangeira-US\$ (2)</i>						
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	10/04/2014	Lei 4.131	350.000	20/09/2019	Libor + 1,99% a.a.

¹ Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

² Empréstimo mensurado ao valor justo.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

Financiadores	31/12/2017	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2018	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	34.800	240	-	(247)	(1.646)	33.147	6.623	26.524
Citibank - Contrato B (Repactuação)	321.718	6.255	(5.126)	(3.412)	-	319.435	88	319.347
Controladora	356.518	6.495	(5.126)	(3.659)	(1.646)	352.582	6.711	345.871
BNDES-FINAME	12.246	72	-	(75)	(611)	11.632	2.458	9.174
Consolidado	368.764	6.567	(5.126)	(3.734)	(2.257)	364.214	9.169	355.045
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação) (1)	34.243	96	3.696	(2.939)	-	35.096	-	35.096
Controladora e Consolidado	34.243	96	3.696	(2.939)	-	35.096	-	35.096
Controladora	390.761	6.591	(1.430)	(6.598)	(1.646)	387.678	6.711	380.967
Consolidado	403.007	6.663	(1.430)	(6.673)	(2.257)	399.310	9.169	390.141

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

Financiadores	31/12/2016	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal / recebimento	31/12/2017	Circulante	Não circulante
BNDES-FINAME	41.388	1.123	-	(1.126)	(6.585)	34.800	6.630	28.170
Citibank - Contrato B (Repactuação)	317.112	16.220	(21)	(11.593)	-	321.718	75	321.643
Controladora	358.500	17.343	(21)	(12.719)	(6.585)	356.518	6.705	349.813
BNDES-FINAME	14.694	339	-	(340)	(2.447)	12.246	2.460	9.786
Consolidado	373.194	17.682	(21)	(13.059)	(9.032)	368.764	9.165	359.599
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação) (1)	45.475	22.175	(6.402)	(27.005)	-	34.243	-	34.243

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladora e Consolidado	45.475	22.175	(6.402)	(27.005)	-	34.243	-	34.243
Controladora Consolidado	403.975	39.518	(6.423)	(39.724)	(6.585)	390.761	6.705	384.056
	418.669	39.857	(6.423)	(40.064)	(9.032)	403.007	9.165	393.842

¹ Instrumento financeiro derivativo mensurado ao valor justo.

Liquidação do empréstimo com o BNDES – Em 15 de janeiro de 2018 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$644 (parcela 144/144), ficando desobrigada de manter as contas vinculadas junto ao Banco do Brasil (administrador da conta), com o saldo de R\$4.298 em 16 janeiro de 2018.

Indexador	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador - Consolidado							Total
		Não circulante						Subtotal	
		2019	2020	2021	2022	2023	Após 2022		
TJLP	22	16	22	14	-	-	-	52	74
Taxa fixa	9.059	6.758	9.009	8.986	8.899	1.957	36	35.645	44.704
Libor + Dólar	88	-	319.348	-	-	-	-	319.348	319.436
	9.169	6.774	328.379	9.000	8.899	1.957	36	355.045	364.214

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2018, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

13. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures					
	31/12/2017	custo de emissão	Juros e variação monetária/custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2018
Itaú BBA - 3ª emissão	2.093.427	-	45.807	-	-	2.139.234
Itaú BBA/BB/ Santander - 4ª emissão	542.969	(32)	11.977	(8.859)	-	546.055
	2.636.396	(32)	57.784	(8.859)	-	2.685.289
Circulante	392.614					420.213
Não circulante	2.243.782					2.265.076

Financiadores	Movimentação de debêntures					
	31/12/2016	Captação/custo de emissão	Juros e variação monetária/custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2017
Itaú BBA 2ª emissão	196.077	-	21.787	(22.864)	(195.000)	-
Itaú BBA 3ª emissão	2.721.186	-	219.562	(182.321)	(665.000)	2.093.427
Itaú BBA/BB/ Santander - 4ª emissão	-	534.124	8.845	-	-	542.969
	2.917.263	534.124	250.194	(205.185)	(860.000)	2.636.396
Circulante	900.223					392.614
Não circulante	2.017.040					2.243.782

(*) Em 31 de março de 2018 o saldo dos custos era de R\$1.927 (R\$1.921 em 31 de dezembro de 2017). A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$483 em 2018 em 31 de março de 2018 (R\$121 em março de 2017).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2019	2020	2021	Após 2021	Subtotal	
CDI	832	-	287.669	-	-	287.669	288.501
IPCA	421.308	370.416	370.417	245.932	997.809	1.984.574	2.405.882
(-) Custos de emissão a amortizar	(1.927)	(1.445)	(1.910)	(1.594)	(2.218)	(7.167)	(9.094)
	420.213	368.971	656.176	244.338	995.591	2.265.076	2.685.289

Características	Itaú BBA (3ª emissão)	Itaú BBA/BB/Santander (4ª emissão)
Data da emissão	15 de outubro de 2012	15 de setembro de 2017

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características	Itaú BBA (3ª emissão)	Itaú BBA/BB/Santander (4ª emissão)
Emissão/preço	Emissão de 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série - valor total de R\$2.160.000	Emissão de 542.669 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 255.000 da 1ª série e 287.669 da 2ª série - valor total de R\$ 542.669.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografia	Quirografia.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Prazo e data de vencimento	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017) 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020) 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024)	1ª série: sete anos (15 de setembro de 2024). 2ª série: três anos (15 de setembro de 2020).
Códigos dos Ativos	TAEE13 / TAEE23 / TAEE33	TAES14 / TAES24
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA	1ª série: será atualizada com base na variação do IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 0,78% 2ª série: IPCA + 4,85% 3ª série: IPCA + 5,10%	1ª série: IPCA + 4,41% 2ª série: 105% do CDI
Data de pagamento dos juros	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.	1ª série: anualmente, no dia 15 do mês de setembro de cada ano 2ª série: semestralmente, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.
Prazo de amortização	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.	1ª série: duas parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15 de setembro de 2023. 2ª série: Bullet, com vencimento em 15 de setembro de 2017.
Data de aprovação em AGE	17 de setembro de 2012.	20 de março de 2017.
Outras informações	Os recursos foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, no valor de R\$2.174.389, já corrigido desde a data de emissão. O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados, que em conjunto com os recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral da 4ª e 5ª emissões das notas promissórias, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.	Os recursos foram transferidos para a Taesa no dia 09 de outubro de 2017, no valor de R\$542.700 (R\$287.700 Série Institucional e R\$255.000 Série Incentivada) já corrigido desde a data de emissão. O custo estimado da emissão das debêntures foi de R\$ 9.347, representando 1,72% dos recursos captados. Os recursos da 1ª série, serão utilizados exclusivamente para os projetos de Mariana e Miracema. Na 2ª série, os recursos foram utilizados para pagamento da 1ª série da 3ª emissão de debêntures.

Os contratos da 3ª e 4ª emissões de debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Adicionalmente, em caso de decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Companhia, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em moeda, haverá antecipação de vencimento das debêntures.

Em 15 de dezembro de 2017 foram realizadas as liquidações da 2ª Série (TAES22) e da 4ª Série (TAES42) da 2ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$204.838.

Em 31 de março de 2018, todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os saldos referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de servidão administrativa, reclamação de horas extras, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB. Os valores apresentados em 31 de março de 2018 possuem depósito judicial no valor de R\$5.028.

Mutação das provisões	31/12/2017	Adições	Reversões (a)	31/03/2018
Trabalhistas	1.124	143	(86)	1.181
Tributários	2.592	-	-	2.592
Cíveis	5.956	-	-	5.956
Controladora	9.672	143	(86)	9.729
Trabalhistas	1.284	143	(86)	1.341
Tributários	2.592	-	-	2.592
Cíveis	11.011	595	(172)	11.434
Consolidado	14.887	738	(258)	15.367

Mutação das provisões	31/12/2016	Adições	Baixa	Reversões (a)	Outros (b)	31/12/2017
Trabalhistas	1.858	1.619	-	(2.353)	-	1.124
Tributários	737	716	-	(346)	1.485	2.592
Cíveis	5.644	439	(62)	(65)	-	5.956
Controladora	8.239	2.774	(62)	(2.764)	1.485	9.672
Trabalhistas	1.920	1.779	-	(2.415)	-	1.284
Tributários	737	716	-	(346)	1.485	2.592
Cíveis	6.956	4.344	(62)	(227)	-	11.011
Consolidado	9.613	6.839	(62)	(2.988)	1.485	14.887

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos tributários, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas.

(b) Valor referente ao estorno do ajuste de apresentação nas informações trimestrais, que era feito contra a rubrica de "outras contas a receber", referente aos processos tributários da NTE.

Passivos contingentes

	31/03/2018				31/12/2017			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	3.716	203.175	14.898	221.789	3.671	187.262	10.688	201.621
ATE III	-	6.994	-	6.994	-	6.994	-	6.994
	3.716	210.169	14.898	228.783	3.671	194.256	10.688	208.615

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários, por meio de processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade:

Taesa-TSN - relativos às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$23.848 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Taesa-Novatrans - decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando R\$5.013 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Taesa-ETEO - relativos as supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.873 em 31 de dezembro de 2017 (R\$108.882 em 31 de dezembro de 2016). O principal processo é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a RFB julgou impropriedade a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

recurso Voluntário, que foi julgado procedente em favor da Taesa. Aguarda-se arquivamento do processo administrativo. Em fevereiro de 2014, a RFB lavrou nova autuação em face da

Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010. Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 07 de março de 2017, foi proferida decisão desfavorável pela Delegacia de Julgamento e, em 05 de abril de 2017, foi interposto Recurso Voluntário Voluntário o qual foi provido por unanimidade. Aguarda-se arquivamento do processo após a decisão favorável definitiva proferida pelo CARF.

Taesa-NTE - ação anulatória de débito tributário e execuções fiscais às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$9.429 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, sendo o valor de R\$5.448, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE - relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.150 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$10.799 em 31 de março de 2018, sendo o valor de R\$3.047 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$9.761 e R\$3.047 em 31 de dezembro de 2017).

Taesa-ATE II - ações declaratórias e manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.710 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, sendo R\$2.465 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII/TSN - ação anulatória ajuizada com vistas a anular o auto de infração expedido pela ANEEL nº 0027/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí das falhas provocadas por queimadas na faixa de servidão, no montante de R\$2.401 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O processo está concluso ao magistrado aguardando sentença.

ATE III - relativas aos processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. A ATE III figura no polo passivo de processo administrativo tributário que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL e IRPJ, impactando em R\$1.117 o passivo contingente da Companhia.

Outros assuntos relevantes:

Fiscalização Ágio Atlântico/Alterosa - Em 31 de maio de 2017, a Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões nos montantes de R\$98.621 e R\$108.036 registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014 e 2015. A Companhia apresentou, tempestivamente, as informações requeridas pelo Auditor Tributário.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ e CSLL correntes	(47.377)	(38.277)	(44.949)	(37.064)
IRPJ e CSLL diferidos	2.476	(8.560)	4.461	(8.008)
	(44.901)	(46.837)	(40.488)	(45.072)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	262.178	248.204	257.765	246.439
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(89.141)	(84.389)	(87.640)	(83.792)
Equivalência patrimonial	21.294	17.792	27.904	25.419
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	21.679	15.934	18.331	13.140
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.292	154	1.292	154
Outros	(25)	3.672	(375)	7
Despesa de IRPJ e CSLL	(44.901)	(46.837)	(40.488)	(45.072)
Alíquota efetiva	17%	19%	16%	18%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada ATE III possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
<u>Taesa</u>				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	237/2017 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2006 e 31/12/2016 (*)
Patesa	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025 (**)
<u>Controlada</u>				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) Benefício aprovado pela SUDENE por meio do Laudo nº 0237/2017 e em fase de análise na Receita Federal. O benefício por parte da área incentivada pela SUDAM está em fase de habilitação.

(**) Benefício aprovado pela SUDENE através do Laudo nº 100/2016 e protocolado na Receita Federal em 3 de outubro de 2016. Devido ao decurso do prazo para manifestação pela RFB, a Patesa obteve o reconhecimento tácito do incentivo fiscal, reconhecendo os efeitos do benefício em julho de 2017.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2018 é de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e sua controlada ATE III não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela RFB, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, por meio de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Alienação de Ações de Emissão da Taesa de propriedade do FIP Coliseu e do FIA Taurus - Em 27 de dezembro de 2016 o Fundo de Investimento em Participações Coliseu e o Fundo de Investimento em Ações Taurus (em conjunto, "Vendedores"), notificaram a Companhia que, nesta data, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("Contrato" e "Compradora", respectivamente) para alienação da totalidade de suas participações societárias vinculadas ao bloco de controle da Companhia, representando, em conjunto, 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total da Companhia, pelo valor total de R\$1.055.932. Em 13 de junho de 2017, as ações foram transferidas à ISA Investimentos e Participações do Brasil, pelo valor total de R\$1.018.763, conforme ajustes ao preço de compra previstos no Contrato. Com isso, a ISA Investimentos e Participações do Brasil, passou a deter a mesma participação antes detida pelos Vendedores no capital social da Taesa e a aderir irrestritamente ao Acordo de Acionistas da Taesa, mediante assinatura de Termo de

Adesão nessa data, substituindo integralmente os Vendedores e sendo mantidos exatamente os mesmos direitos e obrigações anteriormente atribuídos aos Vendedores.

Alienação de Ações de Emissão da Taesa de propriedade da CEMIG - A CEMIG, em consonância com o seu Programa de Desinvestimentos divulgado em 01/06/2017, contratou a Itaú Corretora de Valores S.A., em 22 de novembro de 2017, para intermediar a venda, na B3 ("Leilão"), de 34.000.000 de Units de Taesa (TAEE11) detidas pela Companhia, que ocorreu no dia 24 de novembro de 2017, ao preço de R\$ 21,10 (vinte e um reais e dez centavos) por Unit.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com essa venda, a participação CEMIG no Capital Social Total da Taesa passou de 31,54% para 21,68%, sendo 218.369.999 ações ordinárias e 5.646.184 ações preferenciais, o que corresponde aos percentuais de 36,97% e 1,28%, respectivamente. O Bloco de Controle da Taesa permanece inalterado, tendo em vista que as ações negociadas não estavam vinculadas ao respectivo Acordo de Acionistas. Com a conclusão da operação, a Taesa passa a ter a seguinte composição acionária:

Composição acionária em 31 de março de 2018 e de dezembro de 2017								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle (*)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG	218.369.999	36,97	5.646.184	1,28	224.016.183	21,68	215.745.188	58
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	42
Free Float	218.568.280	37,00	437.136.468	98,72	655.704.748	63,44	-	-
	590.714.069	100	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100	369.520.978	100

(*) Existem 2.823.092 ações ordinárias e 5.646.184 ações preferenciais que não estão no bloco de ações porque estão em garantia nas obrigações assumidas pela CEMIG na operação envolvendo o Redentor Fundo de Investimento em Participações.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE, no montante de R\$ 18.331 em 31 de março de 2018 e R\$22.943 em 31 de dezembro 2017. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até em 31 de março de 2018 foi de R\$233.805 (R\$226.072 até 31 de dezembro 2017).

e) Remuneração dos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do lucro do exercício – ratificada pela AGO de 26/04/2017	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	648.285
Reserva legal (5%)	(32.414)
Reserva de incentivo fiscal	(22.943)
Lucro líquido do exercício ajustado	592.928
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,28686 por ação ordinária e preferencial em 2017 e R\$0,37910 por ação ordinária e preferencial em 2016 - em R\$)	296.464
Dividendos intercalares pagos (R\$0,14047 por ação ordinária e preferencial em 2017 e R\$0,29892 por ação ordinária e preferencial em 2016 - em R\$)	(145.175)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,27908 por ação ordinária e preferencial em 2017 e R\$0,29023 por ação ordinária e preferencial em 2016 - em R\$)	(288.428)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	(433.603)
	40.370
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(393.233)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,15416 por ação ordinária e preferencial em 2017 e R\$0,16906 por ação ordinária e preferencial em 2016 - em R\$)	(159.324)
<u>Resumo das destinações:</u>	
Reservas	(55.357)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,57371 por ação ordinária e preferencial em 2017 e R\$0,75820 por ação ordinária e preferencial em 2016 - em R\$)	(592.927)
	(648.284)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (a)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Tokyo Marine	20/09/17 a 19/09/18	10.000	-	-	113
Risco Operacional	Fator	19/11/17 a 18/11/18	-	547.445	-	1.334
Seguro Veículos - Frota	Sompo	24/12/17 a 23/12/18	-	-	100% Tabela FIPE	179
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Liberty Seguros	19/09/17 a 18/09/18	15.000	-	-	21

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Seguro garantia de fiel cumprimento

A controladas MAR, MIR e JAN contrataram seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
MAR	13/2013	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 24/03/2019	5.350
MIR	13/2015 – 1ª etapa	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548
JAN	13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

18.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

18.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
- Caixa e bancos	3.395	925	3.320	823
Empréstimos e recebíveis				
- Equivalentes de caixa	89.736	55.755	73.723	55.755
- Títulos e valores mobiliários	812.514	574.035	661.553	483.794
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	189.674	188.403	176.540	174.894
- Ativo financeiro de concessão	5.137.600	5.234.481	4.351.571	4.463.737
	6.232.919	6.053.599	5.266.707	5.179.003
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
- Empréstimos e financiamentos	319.436	321.718	319.436	321.718
- Instrumentos financeiros derivativos	35.096	34.243	35.096	34.243
Outros passivos financeiros ao custo amortizado				
- Fornecedores	23.209	39.297	15.360	26.077
- Empréstimos e financiamentos	44.779	47.046	33.147	34.800
- Debêntures	2.685.289	2.636.396	2.685.289	2.636.396
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	23.592	27.406	22.079	25.746
	3.131.401	3.106.106	3.110.407	3.078.980

18.4 Risco de mercado

18.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía 10,5% (R\$319.436) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

18.4.2 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

18.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 31/03/2018	-	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2017	-	US\$ 94.340
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	103,50% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	11/04/2016	20/09/2019
Ponta ativa em 31/03/2018	-	319.436
Ponta passiva 31/03/2018	-	(354.532)
"Swap" ativo (passivo) em 31/03/2018 ⁽²⁾	-	(35.096)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2017 ⁽²⁾	-	(34.243)
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2018	-	(35.096)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2017	-	(34.243)
Valor justo em 31/03/2018	-	(35.096)
Valor justo em 31/12/2017	-	(34.243)
Ganhos (perdas) em 31/03/2018	-	(3.792)
Ganhos (perdas) em 31/03/2017	-	(17.211)

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.6 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/03/2018 Anualizado
CDI (i)	6,25%	7,81%	9,38%	6,73%
IPCA (i)	3,56%	4,45%	5,34%	2,84%
Libor (ii)	2,3629%	2,9537%	3,5444%	2,3208%
PTAX - Dólar (i)	3,3800	4,2250	5,0700	3,3238

- (i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 27 de abril de 2018.
- (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 27 de abril de 2018.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/03/2018	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2018- aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção - Consolidado				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	902.250	(1.000)	2.242	5.448
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures				
- CDI	288.501	317	(719)	(1.745)
- IPCA	2.405.882	(4.119)	(9.150)	(14.149)
		(4.802)	(7.628)	(10.445)
Sem proteção - Controladora				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	735.277	(815)	1.827	4.439
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures				
- CDI	288.501	317	(719)	(1.745)
- IPCA	2.405.882	(4.119)	(9.150)	(14.149)
		(3.802)	(9.870)	(15.893)
Com proteção - Controladora e Consolidado				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	319.436	(1.887)	(4.246)	(6.605)
- Dólar	319.436	(5.401)	(86.610)	(167.820)
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - Libor	(319.436)	1.887	4.246	6.605
Ponta ativa - Dólar	(319.436)	5.401	86.610	167.820
Ponta passiva - CDI	354.532	389	(884)	(2.144)
Efeito líquido		389	(884)	(2.144)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

18.8 Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	2	8.863	518.044	1.692.926	1.431.474	3.651.309
Prefixada	861	1.703	7.587	28.893	8.803	47.847
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.690	20.921	14.642	-	42.253
Consolidado	863	17.256	546.552	1.736.461	1.440.277	3.741.409
Pós-fixada	2	8.863	518.044	1.692.926	1.431.474	3.651.309
Prefixada	632	1.249	5.561	21.130	6.949	35.521
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.690	20.921	14.642	-	42.253
Controladora	634	16.802	544.526	1.728.698	1.438.423	3.729.083

18.9 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

18.10 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

18.10.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Empréstimos e financiamentos	12	319.436	321.718	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	12	35.096	34.243	Nível 2
Passivos financeiros		354.532	355.961	

18.10.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/03/2018		31/12/2017		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	5.137.600	5.925.115	5.234.481	6.084.647	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	2.685.689	2.700.256	2.636.396	2.604.585	Nível 2
Controladora						
Ativo financeiro de concessão - Ativos financeiros	6	4.351.571	5.095.519	4.463.737	5.297.281	Nível 3
Debêntures - Passivos financeiros	13	2.685.689	2.700.256	2.636.396	2.604.585	Nível 2

Técnicas de avaliação e informações usadas

Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, por meio do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro de concessão mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de risco e o risco Brasil,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	2018	2017
Resultado do período	217.277	201.367
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	124.189	115.095
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	93.088	86.272
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,21023	0,19484
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,21023	0,19484

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

(**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração do ativo financeiro de concessão	130.996	154.842	117.161	142.910
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	68.571	61.639	62.710	55.656
Operação e manutenção	139.790	137.432	128.994	126.998
Construção e indenização	16.851	15.420	3.601	3.722
Parcela variável (a)	(3.597)	(1.172)	(2.674)	(1.124)
Outras receitas	1.317	2.305	1.976	2.271
Receita operacional bruta	353.928	370.466	311.768	330.433
PIS e COFINS correntes	(21.984)	(22.362)	(19.061)	(19.753)
PIS e COFINS diferidos	4.963	4.722	4.982	4.788
ISS	(45)	(29)	(45)	(29)
Encargos setoriais (b)	(20.157)	(20.477)	(18.923)	(19.211)
Deduções da receita	(37.223)	(38.146)	(33.047)	(34.205)
Receita operacional líquida	316.705	332.320	278.721	296.228

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional bruta	353.928	370.466	311.768	330.433
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	53.436	42.988	56.716	47.467

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Receita operacional bruta tributável	407.364	413.454	368.484	377.900
---	----------------	----------------	----------------	----------------

21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração direta	(15.660)	(15.576)	(14.686)	(15.014)
Benefícios	(8.440)	(9.002)	(7.929)	(8.615)
FGTS e INSS	(5.464)	(5.879)	(5.072)	(5.652)
Pessoal	(29.564)	(30.457)	(27.687)	(29.281)
Materiais e serviços de engenharia	(18.843)	(20.747)	(5.917)	(9.272)
Serviços de terceiros	(10.115)	(9.023)	(9.308)	(8.347)
Depreciação e amortização	(1.484)	(815)	(1.484)	(815)
Outros custos e despesas operacionais	(5.202)	(4.501)	(4.810)	(4.117)
Total custos e despesas	(65.208)	(65.543)	(49.206)	(51.832)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Outros custos operacionais: custos com aluguel, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens.

Despesas com serviços de terceiros: despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, aluguel, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Rendimentos de aplicação financeira	11.599	15.493	9.232	13.443
Receitas financeiras	11.599	15.493	9.232	13.443
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Juros incorridos	(3.737)	(2.982)	(3.665)	(2.892)
- Variação cambial	(2.830)	12.679	(2.830)	12.679
- Ajuste ao valor justo	5.126	(2.660)	5.126	(2.660)
	(1.441)	7.037	(1.369)	7.127
<i>Debêntures</i>				
- Juros incorridos	(33.308)	(54.311)	(33.308)	(54.311)
- Variações monetárias	(24.476)	(19.964)	(24.476)	(19.964)
	(57.784)	(74.275)	(57.784)	(74.275)
<i>Instrumentos financeiros derivativos</i>				
- Juros incorridos	(3.185)	(9.531)	(3.185)	(9.531)
- Variação cambial	2.830	(12.679)	2.830	(12.679)
- Ajuste ao valor justo	(3.437)	4.999	(3.437)	4.999
	(3.792)	(17.211)	(3.792)	(17.211)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(63.017)	(84.449)	(62.945)	(84.359)
<i>Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas</i>	(530)	(1.940)	(107)	(1.797)
Despesas financeiras	(63.547)	(86.389)	(63.052)	(86.156)
	(51.948)	(70.896)	(53.820)	(72.713)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Juros incorridos	(40.230)	(66.824)	(40.158)	(66.734)
Variação monetária	(24.476)	(19.964)	(24.476)	(19.964)
Ajuste ao valor justo	1.689	2.339	1.689	2.339
	(63.017)	(84.449)	(62.945)	(84.359)

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de março de 2018, 87% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III, MIR e JAN participavam do Plano Taesaprev (88% em 31 de dezembro de 2017).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11.

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE (manutenção de parte da LT e da SE Açailândia) e ENTE (manutenção da SE de Açailândia e da LT), ETSE e BRAS.
Realizada pela Eletronorte	EATE (operação de toda a concessão e manutenção de parte da LT e das SE's), ENTE (SE's Tucuruí e Marabá e a operação de toda concessão), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela CEMIG GT	ESDE e SGT

Compensação ambiental

Os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

Arrendamento operacional

	Controladora	
	2018	2017
Gastos com aluguel d escritório corporativo	677	677

O contrato de aluguel será reajustado em 1º de janeiro de 2019, e o vencimento ocorrerá em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. A seguir os pagamentos mínimos futuros:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2.539	11.654	24.030	38.223

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas					
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela nº 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014	(a)
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	(b)
	Goiânia - Murrú (Concessão Gtesa)	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa) SE Norfil (Concessão Gtesa)	2015-093170/TEC/RLO-0872 198/2017	28/04/2016 31/01/2017	28/04/2019 31/01/2019	
	Seccionamento Paraíso-Açú Lagoa Nova II (Patesa)	2014-072326 TEC/LS 0062	30/09/2016	19/08/2020	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	
	Xingó - Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	01845/2017-DL	31/03/2017	31/03/2022	
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	
ATE III	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	(a)
	Marabá - Carajás	10275/2016	28/12/2016	17/12/2021	

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.

Aspectos ambientais MAR - Em 06 de março de 2017 foi emitida a Licença Prévia do empreendimento. Em julho de 2017 foi requerida a Licença de Instalação à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM/MG), cuja emissão está prevista para o primeiro semestre de 2018.

Aspectos ambientais MIR - Em 27 de janeiro de 2017 os estudos ambientais foram protocolados no Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins. Foram emitidas as seguintes licenças: Instalação: 15 de maio de 2017 - SE Miracema e SE Lajeado, 04 de julho de 2017 - LT 230 kV, 29 de setembro de 2017 - SE Palmas; Prévia: 31 de julho - LT 500 kV. A previsão para a solicitação da LO é agosto de 2019.

Aspectos ambientais JAN - Em 28 de abril de 2017 a Companhia obteve o Termo de Referência para elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), para requerimento da Licença Prévia (LP). Foram obtidas todas as certidões (anuências) de uso do solo junto aos municípios interceptados. O estudo ambiental foi protocolado no IBAMA em 18 de Dezembro de 2017. A previsão de obtenção da Licença Prévia é outubro de 2018.

Solicitação de pagamento referente ao vencimento antecipado de Carta de Fiança Bancária - Em 29 de junho de 2017, a Companhia interpôs Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial em face ao Banco Votorantim, solicitando o pagamento do montante de R\$30.000, referente ao vencimento antecipado da Carta de Fiança emitida pela instituição bancária, em razão da não renovação da garantia pela Abengoa. Tal ação decorre de previsão contratual citada no

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Instrumento de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Taesa e a Abengoa. Tendo em vista a não renovação da Garantia, todos os valores cobrados com base no Instrumento de Compra e Venda, não estão amparados por garantia.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Participação Relevante – A Companhia recebeu correspondência do acionista Western Asset Management Company Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada (Western Asset), informando que sua participação atingiu, em 03 de abril de 2018, 8,07% do total de ações preferenciais da Companhia, por meio das posições detidas em TAEE11.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DE 31 DE MARÇO DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Raul Lycurgo Leite	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
José Aloise Ragone Filho	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
José Maria Rabelo (CEMIG)	Daniel Faria Costa (CEMIG)
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (CEMIG)	Arthur Maia Amaral (CEMIG)
Paulo de Moura Ramos (CEMIG)	Mário Fernando Macedo da Silva (CEMIG)
Jorge Raimundo Nahas (CEMIG)	Marcelo Rocha (CEMIG)
Alcione Maria Martins Comonian (CEMIG)	Paulo Henrique Rodrigues Coimbra (CEMIG)
Bernardo Vargas Gibsons (ISA)	César Augusto Ramírez Rojas (ISA)
Ana Milena López Rocha (ISA)	Daniel Isaza Bonnet (ISA)
Hermes Jorge Chipp (ISA)	Gustavo Carlos Marin Garat (ISA)
Fernando Bunker Gentil (ISA)	Fernando Augusto Rojas Pinto (ISA)
François Moreau (membro independente)	Rômulo Greficce Miguel Martins (membro independente)
Celso Maia de Barros (membro independente)	Robert Patrick Panero (membro independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Marco Antônio de Rezende Teixeira (CEMIG)	Francisco Luiz Moreira Penna (CEMIG)
Helvécio Miranda Magalhães Junior (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	João Henrique de Souza Brum (ISA)
Gabriela de Castro Soares (acionistas minoritários ordinaristas)	Ronald Gastão Andrade Reis (acionistas minoritários ordinaristas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)	Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim financial reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva Contador

CRC-1RJ 090174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2018, findo em 31 de março de 2018, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2018, findo em 31 de março de 2018, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho

Diretor de Desenvolvimento de Negócios